



**INSTITUTO LATINO-AMERICANA DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA
LATINA - AMERICANA**

**AS CONQUISTAS E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO POVO
TIKUNA (MAGÜTA): DAS ORIGENS MÍTICAS ÀS LUTAS CONTEMPORÂNEAS**

**JOSENEY PEREIRA MENDES
(Ípüücü rü Ípümeecü)**

Foz do Iguaçu

2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANA DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA -
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA
LATINA - AMERICANA**

**AS CONQUISTAS E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO POVO
TIKUNA (MAGÜTA): DAS ORIGENS MÍTICAS ÀS LUTAS CONTEMPORÂNEAS**

**JOSENEY PEREIRA MENDES
(Ípüüçü rü Ípümeecü)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientador: Prof. Dr. José Renato Vieira Martins

Foz do Iguaçu

2024

JOSENEY PEREIRA MENDES

(Ípüücü rü Ípümeecü)

**AS CONQUISTAS E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO POVO
TIKUNA (MAGÜTA): DAS ORIGENS MÍTICAS ÀS LUTAS CONTEMPORÂNEAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Renato Vieira Martins
(UNILA)

Profa. Dra. Elén Cristiane Shneider
(UNILA)

Profa. Dra. Danielle Michelle Moura de Araújo
(UNILA)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me dar força, enquanto estava sobrecarregado, mas com essa sabedoria ao longo desta jornada fico grato pela sua imensa ajuda. Como disse Albert Einstein, “Deus não joga dados com o universo.” Sua presença constante me guiou e me deu coragem para enfrentar todos os desafios.

Agradeço aos meus pais, que nunca desistiram de me motivar e sempre acreditaram no meu potencial. “O amor de uma mãe é o combustível que permite a um ser humano fazer o impossível” (Marion C. Garretty). Sem o apoio e o amor de vocês, nada disso seria possível. Vocês são a minha inspiração e a minha base.

Agradeço também ao meu professor José Renato Vieira Martins, pela orientação e ajuda na correção deste trabalho. “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” (Nelson Mandela). Sua imensa paciência e conhecimento foram fundamentais para a conclusão deste TCC. Sou grato por todas as lições e pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos de estudo, que compartilharam esforços e desafios durante toda a minha vida acadêmica, meu sincero agradecimento. “A amizade duplica as alegrias e divide as tristezas” (Francis Bacon). A colaboração e o apoio de vocês foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. Juntos, superamos muitos obstáculos e celebramos muitas conquistas.

A todos que contribuíram, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigado, as lideranças comunitárias, na pessoa do João Lourenço Cruz, Paulo Mendes, José Araújo Mendes e demais outros envolvidos. “Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos” (Ray Kroc). Cada palavra de incentivo, cada gesto de apoio, foi crucial para que eu pudesse concluir esta etapa da minha vida.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo, fará coisas admiráveis” —
José de Alencar

RESUMO

A pesquisa em questão visa analisar "As Conquistas e Desafios na Participação Política do Povo Tikuna (Magüta): As Lutas do Século XX e as lutas da Contemporaneidade do Século XXI". O estudo propõe explorar o panorama histórico das conquistas políticas do povo Tikuna ao longo do século XX e investigar os desafios enfrentados por eles nos tempos anteriores e na contemporaneidade, no contexto do século XXI. A metodologia adotada compreende uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e entrevistas com membros da comunidade Tikuna, proporcionando uma compreensão aprofundada das experiências políticas vivenciadas. No decorrer da pesquisa, identificou-se um notável conjunto de conquistas políticas no século XX, marcadas por eventos significativos e lideranças inspiradoras. As resistências e mobilizações sociais moldaram a participação política do povo Tikuna, gerando um impacto duradouro em sua comunidade. No entanto, ao adentrar o século XXI, novos desafios emergiram, constituindo um cenário complexo que demanda estratégias específicas. Aspectos como mudanças sociais, fatores externos e a necessidade de adaptação a um contexto político contemporâneo tornam-se elementos cruciais. Os resultados indicam que as conquistas históricas influenciam positivamente a atual participação política do povo Tikuna, proporcionando uma base sólida. Contudo, os desafios contemporâneos, como a globalização e questões ambientais, apresentam-se como obstáculos complexos. Estratégias para superar esses desafios incluem a valorização das tradições políticas, fortalecimento da liderança local e engajamento em redes políticas mais amplas.

Palavras-chave: Origem do povo tikuna; participação política; conquistas; desafios; movimento indígenas.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo analizar la participación política del pueblo Tikuna a lo largo del siglo XX, así como los desafíos que enfrenta este pueblo en la época contemporánea, en el contexto del siglo XXI. La metodología adoptada comprende un enfoque cualitativo, basado en análisis documental y entrevistas a miembros de la comunidad, proporcionando una comprensión de las experiencias políticas. Durante la investigación se identificó un conjunto notable de logros políticos en el siglo XX, marcados por acontecimientos significativos y líderes inspiradores. La resistencia y las movilizaciones sociales moldearon la participación política del pueblo Tikuna, generando un impacto duradero en su comunidad. Sin embargo, a medida que nos adentramos en el siglo XXI, han surgido nuevos desafíos, creando un escenario complejo que exige estrategias específicas. Aspectos como los cambios sociales, los factores externos y la necesidad de adaptarse a un contexto político contemporáneo se convierten en elementos cruciales. Los resultados indican que los logros históricos influyen positivamente en la participación política actual del pueblo Tikuna, brindando una base sólida. Sin embargo, los desafíos contemporáneos, como la globalización y las cuestiones ambientales, presentan obstáculos complejos. Las estrategias para superar estos desafíos incluyen valorar las tradiciones políticas, fortalecer el liderazgo local y participar en redes políticas más amplias.

Palabras clave: Tikuna, participación política; derechos indígenas, movimiento indígena.

ABSTRACT

The research in question aims to analyze “The Achievements and Challenges in the Political Participation of the Tikuna (Magüta) People: The Struggles of the 20th Century and the Contemporary Struggles of the 21st Century.” The study proposes to explore the historical panorama of the political achievements of the Tikuna people throughout the 20th century and investigate the challenges they faced in earlier times and in contemporary times, in the context of the 21st century. The adopted methodology comprises a qualitative approach, based on document analysis and interviews with members of the Tikuna community, providing an in-depth understanding of the political experiences lived. Throughout the research, a notable set of political achievements in the 20th century was identified, marked by significant events and inspiring leadership. Social resistances and mobilizations shaped the political participation of the Tikuna people, generating a lasting impact on their community. However, as the 21st century unfolds, new challenges have emerged, constituting a complex scenario that demands specific strategies. Aspects such as social changes, external factors, and the need to adapt to a contemporary political context become crucial elements. The results indicate that historical achievements positively influence the current political participation of the Tikuna people, providing a solid foundation. However, contemporary challenges, such as globalization and environmental issues, present themselves as complex obstacles. Strategies to overcome these challenges include valuing political traditions, strengthening local leadership, and engaging in broader political networks.

Keywords: Origin of the Tikuna people; political participation; achievements; challenges; indigenous movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** - Preguiça real segurando ao céu /Yo'i e Ipi derrubando samaumeira 19
- Figura 2** - Limite da aldeia Tukuna Umariacú26

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1**- Mislene Mendes com o microfone ao fundo durante a I Reunião Geral.
.....65
- Fotografia 2** - Departamento e Articulação dos Jovens Indígenas Magüta do Alto Rio Solimões. Elizânia Mendes palestrando.....69
- Fotografia 3** – Projeto Social Oscar Filho Jiu-jitsu.69
- Fotografia 4** - A foto da direita candidato Professor Mesaque e ao da esquerda professor Claudinei Guilherme, a passeatas dos candidatos a vereador.74

LISTA DE TABELA

Quadro 1 - Divisão dos clãs com pena e sem pena	23
Quadro 2 - Quantidade dos religiosos na comunidade Umariacú na década de 1972.	28
Quadro 3 - Quantidade dos religiosos por % e a entrada de nova denominação.....	29
Quadro 4 - Amostra do aumento da população por ano da Terra Tukuna Umariacú.	33

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

8° BIS/CFSOL	8° Batalhão de Infantaria de Selva / Comando de Fronteira Solimões
ACIU – EWARE	Associação dos Artesãos e Cultura Indígena de Umariacú
CGTT	Conselho Geral da Tribo Ticuna
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
DAJIM-ARS	Departamento e Articulação dos Jovens Indígenas Magüta do Alto Rio Solimões
DSEI-ARS	Distrito Sanitário Indígena do Alto Rio Solimões
EAMCNU	Igreja Evangélica Ministério Constantino Nery Umariacú
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FOCCIT	Federação das Organizações e dos Caciques das Comunidades Indígenas Ticuna
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IEADAM	Igreja Evangélica Assembleia de Deus
IFAM	Instituto Federal da Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MJ	Ministério da Justiça
OGPTB	Organização dos Professores Ticunas Bilíngue
OMSPT	Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna
ONG	Organização Não-governamental
OPAM	Operação Padre Anchieta
OSPTAS	Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Rio Solimões
PCN	Programa Calha Norte
PF	Polícia Federal
PIT	Posto Indígena Ticuna
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REJICARS	Rede de Jovens Indígenas Comunicadores do Alto Rio Solimões
SEGCUM	Segurança Comunitária de Umariacú

SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígenas
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
UEA/CESTB	Universidade do Estado do Amazonas / Centro de Estudos Superiores de Tabatinga
UFAM/INC	Universidade Federal do Amazonas / Instituto de Natureza e Cultura
UFFS	Universidade Federal Fronteira Sul
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESSPA	Universidade Federal Sul e Sudoeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CAPÍTULO I	17
1.1 Magütagü: Quem são os Tikunas?	17
1.2 A origem do povo Tikuna: Magütagütchiga.....	17
1.3 O surgimento dos rios e igarapés.....	20
1.4 Organização política e social: Nacaãgütchiga.....	22
1.5 A comunidade Umariacú e sua fundação: Mariwatchutchiga	24
1.6 O surgimento do “Capitão” na comunidade.....	30
1.7 A primeira escola de Umariacú.....	31
1.8 A população de Umariacú II 1980 – 2022.....	32
1.9 Território educador.....	34
2 CAPÍTULO II	36
LUTAS E MOVIMENTOS DOS TIKUNAS NO SÉCULO XX	36
2.1 O contexto histórico do século XX.....	36
2.2 Transformações Política e sociais e a Constituição Federal de 1988	37
2.3 Impacto nas comunidades indígenas do Alto Rio Solimões	39
2.4 Início do movimento de demarcação.....	41
2.5 A luta pela demarcação de Terra	44
2.6 A comunidade Vendaval e o CGTT	45
2.7 Principais demandas, desafios e conquistas.....	48
2.8 A formação e papel das organizações indígenas	51
2.9 O massacre de Capacete de 1988 e o impacto na política de demarcação	54
2.10 O legado das lideranças Ticunas	55
2.11 Reflexões sobre o futuro dos movimentos indígenas	57
2.12 Conclusão	58
3 CAPÍTULO III: A LUTA DO SÉCULO XXI DO POVO TICUNA	58
3.1 Introdução	58
3.2 A luta do século XXI: A continuação	59
3.3 Proteção territorial na Terra demarcada e a preservação da cultura	64
3.4 Ação das lideranças para combater o alcoolismo e o consumo de drogas	67
3.5 Política interno da comunidade e a política heterogênea	70

3.6 A política polarizada do século XXI: Um conflito interno.....	72
3.7 A evolução da luta dos ticunas: Desafios e transformações.....	77
3.8 Considerações finais	79
ANEXO	81
REFERÊNCIAS.....	84

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda alguns aspectos da complexa relação entre indígenas e não indígenas a partir da realidade do povo Tikuna. Desde uma perspectiva histórica, analisamos a presença contínua e a resistência desse povo ao longo das últimas quatro décadas, compreendendo o período que se inicia com as mobilizações em torno a Constituição de 1988 aos dias atuais. Com a proclamação da Constituição, as normativas legais que regem os direitos políticos, econômicos e sociais da população indígena passaram a proporcionar maior liberdade e proteção aos povos indígenas, constituindo uma garantia vital para a preservação de sua identidade nativa, como a luta pela demarcação, proteção das terras indígenas contra as invasões de estranhos, a preservação das línguas, tradições culturais, bem como o combate à discriminação e violência contra o povo originário um ponto que é fundamental para reverter a sua invisibilidade. Além disso, consideramos a cosmovisão e o mito de origem do povo Tikuna tão importante quanto a sua história para compreender a evolução recente dessa população.

Vale destacar, especialmente, as figuras dos líderes proeminentes que deixaram suas marcas no movimento indígena, os guerreiros como Pedro Inácio (Ngematücü), Nino Fernandes, Aureliano da Cruz Mendes, e as ONGs ligadas às lutas em defesa dos direitos indígenas decisivo nesse período como Organização Padre Anchieta (OPAM) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). As alianças estratégicas bilaterais com a Dinamarca e ONGs que desempenharam um papel importante na consolidação do poder político dos Tikuna. Essas parcerias não apenas fortaleceram sua posição política, mas também aumentaram sua capacidade de pressionar por mudanças substanciais.

No decorrer do século XX, os ticunas emergiram como protagonistas na política regional, ganhando visibilidade e influência significativas. Este crescimento foi catalisado pelo "Massacre de Capacete" e culminou na formação do CGTT (Conselho Geral da Tribo Tikuna), uma organização fundamental na formação política das lideranças e na defesa dos direitos do povo Tikuna. Esta iniciativa representou um marco após um longo processo de articulação interna, proporcionando aos ticunas uma voz mais robusta em fóruns políticos locais e regionais. E a subsequente criação de novas organizações ampliaram a visibilidade e o impacto do povo Tikuna, transformando seu papel na configuração política e social da região.

Este estudo analisa de que maneira essas iniciativas contribuíram para a defesa dos direitos indígenas e para a promoção de justiça social, delineando o impacto dessas ações na configuração política e social da região.

1 CAPÍTULO I

1.1 Magütagü: Quem são os Tikunas?

Tikuna é um povo originário que vive numa região onde os três países se encontram, surgiram a partir de um homem deus Yo'i e Ipi. O nome Tikuna vem através da língua Tupi que significa “nariz preto” referência ao uso de sumo de jenipapo para pintura corporal. Para Paladino (2008), o termo Tikuna não é uma denominação ancestral, foi dada pelas tribos vizinhas do tronco linguístico Tupi e registrada pelos primeiros missionários e soldados que estiveram em contato com esse grupo no século XVII.

Segundo Curt Nimuendajú “os índios Tukuna habitam em território brasileiro especialmente os pequenos afluentes da margem esquerda do Solimões, entre a fronteira de São Paulo de Olivença: onde se localizam o igarapé Mariçú (Umariçú) (cerca de 120 pessoas), o Rio Tacana (200), o Igarapé de Belém (300), o Lago Cajary (80), o igarapé Preto (300) e os dois igarapés de Santa Rita (400); além destes lugares existe a tribo do alto Jacurapá, afluente da margem direita do baixo Içá (300), em ambas as margens e nas ilhas do Solimões até o Jundiatuba (400) e, espalhada, ainda mais abaixo e no próprio Içá. O número dos Tukuna brasileiros passa, portanto, de 2.000. Além da fronteira onde habitam especialmente nos rios Atacuári e Amacayácu o seu número é talvez de uns 1.000, de maneira que o total da tribo chega a mais de 3.000 indivíduos” (1929).

O parágrafo descreve a distribuição e o tamanho da população da tribo Tikuna, destacando suas áreas de habitação tanto no Brasil quanto em regiões próximas à fronteira. Essa descrição evidencia não apenas a distribuição geográfica da tribo, mas também a interdependência de suas comunidades com os cursos d'água da região amazônica.

Aqui o autor relata que o povo Tikuna, são aquelas pessoas que já habitavam os territórios mencionados, esse povo foi originado por dois irmãos deuses Yo'i e Ipi. Em alguns instantes abordaremos no próximo contexto, o ponto histórico para compreender mais sobre a sua originalidade.

1.2 A origem do povo Tikuna: Magütagütchiga

De acordo com as lendas históricas e míticas, o Tikuna é um povo nativo originário do Alto Rio Solimões. O relato fundamental sobre seu surgimento apresenta uma narrativa rica e intrigante. O que se destaca nessa questão é a notável semelhança entre esse relato ancestral e o registro presente na Bíblia Sagrada, especificamente no livro de Gênesis, que descreve a criação do mundo a partir do nada. Assim como Moisés narrou no Antigo Testamento, no capítulo 1 do Gênesis, onde menciona: "No princípio, Deus criou os céus e a terra. E a terra estava sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas". (Bíblia, 1993).

Nesse contexto, é notável a presença da escuridão tanto na narrativa bíblica quanto na tradição Tikuna, sugerindo um paralelismo intrigante. Na narrativa Tikuna, o relato começa com os dois irmãos, Yo'i e Ipi, considerados heróis e divindades desta cultura, que deram origem ao povo Tikuna através da prática da pesca. Alguns estudiosos de teologia, os seminaristas tikunas inclusive, sugerem que esses irmãos podem ser equiparados aos filhos de Adão, Caim e Abel, embora não haja consenso sobre qual linha narrativa específica segue a tradição. Essa interseção entre mitologia e religião desperta um interesse profundo, oferecendo uma perspectiva fascinante sobre as origens e a cosmovisão do povo Tikuna.

Segundo os ancestrais, um casal que originou estes Deuses já existia durante a criação do mundo, o Ngu'tapa e a Mapana, um casal que nunca teve relacionamento estável, vivia brigando e gerava problemas, como abuso emocional e psicológico. Nessa época de inocência se somando com o frio e noite, no entanto, em alguma parte, contrariando a Bíblia, o que resultou nessa ocasião, que existia uma árvore que se chama Wotchine a samaúma (Ceiba Pentrandá). "No princípio, estava tudo escuro, sempre frio e sempre à noite. Uma enorme samaumeira, Wotchine, fechava o mundo, e por isso não entrava claridade na terra" (Gruber, 1997, p. 14). A árvore que foi mencionada "existe há muitos anos no mundo. Muito antes do início da existência do povo Tikuna". (Idem, p.14).

Pode-se afirmar que, em razão do contexto, relacionado aos irmãos deuses, Yo'i e Ipi eram um destaque desse relato mitológico, que foram responsáveis por trazer a claridade da Terra que o mundo conhece hoje. A árvore mencionada no texto, que fazia obstruir o Planeta, era um dos problemas que os dois irmãos precisam resolver, para que haja claridade da Terra. A samaumeira é uma árvore de porte grande, único que existia que obstruiu a terra, por motivo de um animal que segurava no topo dessa

árvore, uma preguiça-real que “através de um buraco, os irmãos enxergaram uma preguiça-real (*Choloepus didactylus*) que prendia lá no céu os galhos da samaúma”. (Gruber, 1998, p. 14).

No entanto, Yo'i e Ipi identificaram o responsável pela escuridão que pairava sobre a terra, conforme descrito nos relatos mitológicos e no parágrafo anterior. Foi revelado que uma preguiça-real havia aprisionado o céu. Diante desse desafio monumental, os dois irmãos decidiram se sacrificar para enfrentar o problema. A estratégia central era decapitar o animal, mas, para isso, uma abordagem meticulosa e colaborativa era necessária. Eles convocaram todos os animais, formando uma coalizão para enfrentar a preguiça-real. No entanto, apesar dos vários esforços, poucos animais tiveram a coragem de se aproximar da criatura imponente, aumentando a preocupação de Yo'i e Ipi. Veja imagem ilustrativa abaixo.

Figura 1 - Preguiça real segurando ao céu /Yo'i e Ipi derrubando samaumeira



Fonte: Livro das Árvores, 1998.

Percebendo a gravidade da situação, Yo'i concebeu um novo plano. Em um ato de desespero e motivação, ele ofereceu sua irmã em casamento ao animal que conseguiu derrotar a preguiça-real. Este pronunciamento instigou os animais, que se encheram de determinação e decidiram tentar matar a preguiça. Finalmente, foi o *taine*, um pequeno roedor conhecido como o taine quatiपुरuzinho, que conseguiu se aproximar da preguiça-real, demonstrando engenhosidade, ele lançou uma formiga de fogo nos olhos da preguiça, forçando-a a soltar o céu. A luz se estende pela terra, iluminando o mundo inteiro.

Após a decapitação dessa preguiça, o pássaro e os dois irmãos derrubaram a sumaúma “Do tronco da samaumeira caída formou-se o rio Solimões. De seus galhos surgiram outros rios e os igarapés” (Gruber, 1997. p. 15).

1.3 O surgimento dos rios e igarapés

De acordo com O LIVRO DAS ÁRVORES, a partir daí surgiram os rios e os igarapés que o mundo conheceu.

No norte do Brasil, na região amazônica onde se encontra países vizinhos, o Brasil, Colômbia e Peru, onde os indígenas tikunas foram espalhados, segundo os ancestrais diziam que, após a derrubada de Wotchine a samaúma que obstruiu o mundo, e o tronco dessa árvore foi se transformando em rios e os galhos se transformam em igarapés, um desses galhos originou o igarapé São Jerônimo (Terra Sagrada Eware), um lugar na qual foi dito, um lugar da pescaria do povo Tikuna, em língua Tikuna Magütagü ou Pogütagü significa “povo pescado por caniço”.

De acordo com o depoimento dos entrevistados ouvidos na pesquisa, existia os dois irmãos, que já nasceram com as suas próprias irmãs e com sabedoria de dominar e administrar a Terra. Diferente dos seres humanos que hoje conhecemos, um homem chamado Ngu'tapa originou esses deuses por motivo de castigo que o levava. Esses casais acima mencionados foram nascidos nos dois joelhos de Ngu'tapa (o primeiro homem que viveu antes dos Yo'i e Ipi), após a picada da vespa nos seus dois joelhos.

No tempo em que os deuses Yo'i e Ipi viviam o lugar era encantado, somente as pessoas puras podiam viver, mesmo não havendo pessoas. E algumas afirmam que, nessa época, a gente não podia imaginar qualquer coisa que vem na nossa mente, se não, vai aparecer instantaneamente, no outro sentido era o mundo da utopia.

Um desses entrevistados, o senhor Júlio Pereira da Silva, relatou que havia um dia em que o Ipi cobiçava a mulher do seu próprio irmão, devido essa prática de ignorância e imoralidade, o irmão dele mandou ralar o jenipapo para extração de líquido na beira de um igarapé Eware, onde se acidentou aos pedaços, e os partes do corpos ralados pelo ralador, foram se transformado em bastante peixes, que em seguida resultaria a origem do povo e dos animais, uma coincidência, no momento dessa ocorrência, o Yo'i ainda não percebia o que estava acontecendo com o seu

irmão, durante um tempo duradoura e quando sentia a ausência do seu irmão ao seu lado, então o suspeitou que havia acidente, no entanto, um entrevistado afirmou, em meio desses peixes o Ipi estar entre eles, mas com uma cor dourada na sua testa. O incrível que parece é que esse acidente aconteceu sem propósito. Quando o Yo'i olhava no igarapé, foi avistado seu irmão nadando junto com os peixes, para retirá-lo na água, teve que fazer alguma coisa, então fez um caniço e pegou a semente de tucumã como isca na primeira tentativa para tentar resgatá-lo, mas não adiantou, foram fisgados somente outros peixes, que logo em seguida se transformam em animais como queixas, caititu, porco do mato, entres outros.

Quando o Yo'i percebeu que seu plano não funcionava, mudou para o plano B, então, dessa vez usou a macaxeira como isca, e com essa nova tentativa, foram fisgados outros peixes, segundo os ancestrais, na isca de macaxeira o pescou seres vivos, e quando ele continuou pescando, formou grandes multidões, na mitologia, o Yo'i pescava para resgatar seu irmão e não de propósito para originar o seu povo, mas pelo motivo de resgate do seu irmão que estava sendo preso no igarapé resultou a origem do povo Tikuna no igarapé de Eware.

Eware é um igarapé sagrado, cuja água possui uma coloração avermelhada, diferenciando-se das águas típicas que conhecemos. Atualmente, encontra-se na parte da comunidade de Vendaval, no município de São Olivença, no estado do Amazonas. Este local sagrado está situado a uma considerável distância da comunidade, e existem relatos de que apenas indivíduos com pureza espiritual ou pajés, que possuem uma conexão profunda com os espíritos da natureza, conseguem alcançar ou visitar o igarapé. Eware é reputado como um lugar perigoso e encantado, onde fenômenos acústicos incomuns são frequentemente reportados, como risos, conversas e cânticos, que emanam do ambiente natural, sugerindo a presença de forças sobrenaturais, que as das pessoas que se encantam por este lugar. Este igarapé destaca-se não apenas pela sua singularidade hidrográfica, mas também pelo seu significado histórico, cultural e espiritual profundo para o povo Tikuna, que até hoje nunca foi explorado pelos pesquisadores. Neste século XXI, devido a ruptura de capitalismo, a tecnologia vem se tornando a grande ferramenta para o humano e com essa possibilidade de registro, um indivíduo captura uma foto e um vídeo demonstrando a realidade das águas e a natureza.

Após essa tentativa de não fisgar o seu irmão, no Rio Eware, ele percebeu que a situação não era fácil, ele entregou o caniço a sua esposa, e com ele, ela o fisgou o Ipi e trouxe-lhe de volta à terra firme.

Após essa fisgada do Ipi por mulher do seu irmão, começou a pescar o seu povo, imensas multidões também foram oriundas por ele.

Seguindo o contexto no relato, que um dos galhos dessa samaumeira originou também o Rio Solimões, uma água doce, onde até o presente momento é ocupado pelos tikunas. O Rio Solimões abastece 9 municípios, e de acordo com Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), conforme constitui estruturalmente:

De nove municípios, sendo sete deles oriundos, em sua totalidade, da primeira sub-região chamada de Região do Alto Solimões (Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins) e os outros dois Municípios (Fonte Boa e Jutai) pertencem à segunda sub-região, denominada de Região do Triângulo Jutai – Solimões – Juruá. Todos os nove Municípios da Mesorregião do Alto Solimões fazem parte da chamada “Faixa de Fronteira”, com 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do Território Nacional, na Calha do Solimões, na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru (PSTDRS, 2011, p. 5). Neste estudo, tomando como base o município de Tabatinga, localizado em um contexto social e cultural amazônico, com precários processos decisórios de poder, tem uma identidade que o particulariza, além de estar situado em uma área de contato direto com as populações fronteiriças de dois outros países, onde aproximadamente 25% de sua população se autodeclara indígena (COUTINHO, 2018).

1.4 Organização política e social: Nacaãgütchiga

A estrutura política e social dos Tikunas, especialmente após a atividade pesqueira, é evidenciada durante os rituais de pureza, um período em que a integridade moral é rigorosamente mantida. Observava-se uma ausência de comportamentos considerados imorais dentro da comunidade. Um elemento central dessa estrutura foi a formalização de um sistema de parentesco, que regulava os padrões de casamento. A instituição dessa norma, que funcionava como um código de conduta, assegurava o reconhecimento e o cumprimento da regra de exogamia conforme os princípios sociais e culturais dos tikuna. Shröder afirma que “A organização social interna da tribo apresenta dois grupos rigorosamente exogâmicos

(...) cada um constituído por alguns clãs. O pertencimento das crianças é decidido por descendência paterna”. (Shröder, 2013, p. 465) E assim cada um ficou sabendo a que clã pertencia, e Yo’i ordenou aos membros dos dois grupos que se casassem entre si.

Aprofundando a análise sobre a origem do clã, Yo’i desenvolveu uma estratégia para mitigar os riscos de endogamia, uma vez que não era viável o casamento entre parentes próximos. Para isso, ele propôs a divisão do povo em duas metades distintas. Nesse contexto, as relações interpessoais eram estritamente controladas, visando evitar a consanguinidade e promover uma diversificação genética favorável. Além disso, Yo’i liderava expedições de caça com o objetivo de capturar uma presa específica denominada (*ngiri*) a jacarerana, uma variedade de jacaré. Essa espécie foi identificada como crucial para o processo de divisão do clã, servindo como fonte de alimento e, conseqüentemente, catalisadora do crescimento populacional e da expansão territorial. Sendo assim, como é demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Divisão dos clãs com pena e sem pena

Clãs do Povo Ticuna	
Sem pena	Com pena
Avaí	Mutúm
Saúva	Arara
Onça	Maguarí
Jenipapo	Japó
Buriti	Galinha
-	Urubu rei
-	Tucano

Fonte: Joseney P. Mendes, 2024

Nesta pesquisa, segundo Odete Silva relatou, havia um ritual peculiar relacionado ao caldo de jacarerana. Ao consumir o caldo, os indivíduos eram capazes de identificar a qual clã pertenciam com base no sabor que percebiam. Cada pessoa experimentava uma colher de sopa e descrevia o gosto que sentia. Por exemplo, se alguém dissesse que o caldo tinha gosto de arara, então, Yo’i, a figura central deste mecanismo de organização, colocava essa pessoa no grupo dos clãs associados a

aves, que tinham penas. Em contrapartida, se outro participante afirmasse que o caldo tinha sabor de onça, Yo'i alocava essa pessoa no grupo dos indivíduos sem pena, clã definido. Este processo ritualístico resultava na divisão do seu povo em duas metades: aqueles associados a clãs com penas e aqueles sem essa associação com pena. Este mecanismo de identificação clânica, mediado pela percepção sensorial e validado por Yo'i, destaca a complexidade simbólica e social da estrutura de clãs nesta cultura específica.

O povo Tikuna era uma tribo que mantém e que opera em sistema exogâmico, essa norma que foi dada por Yo'i, até no século XX foi mantida, esta afirmação vem através das evidências que foram avistadas nas comunidades indígenas tikunas. O pertencimento clânico torna um indivíduo um lugar na sociedade, como foi mencionado anteriormente. De acordo com o mandamento do deus Yo'i, para formalizar uma família, o indivíduo será obrigado a cumprir o mandamento. Segundo os ancestrais afirmam que, quando uma pessoa desrespeita ou descumpra o mandamento, ele será castigado pelos "soldados da natureza", (o *yureugü*) até a morte e os seus filhos nascerão anormais.

Em suma, diante do contexto mencionado aqui, compreendemos quem eram os tikunas, sua origem étnica e sua organização política e social. Nimuendajú, afirmava que esse povo dominava o território que hoje conhecemos por Alto Rio Solimões, no livro "Livro das árvores" denominou que era um dos galhos de samaumeira, uma árvore que originou esse rio. Aí eles o constroem suas casas até a chegada de jesuítas, quando o surto messiânico que impactou na formação e união do povo para a formação de uma comunidade, como mencionada, eles têm seu sistema matrimonial que até é preservado, o chamado clã, um mandamento que tem por finalidade de evitar os conflitos parentais na cada partes de um indivíduo.

1.5 A comunidade Umariáçu e sua fundação: Mariwatchutchiga

A comunidade Umariáçu está localizada na região do Alto Rio Solimões. É uma aldeia formada por tikunas que liga a cidade de Tabatinga, Amazonas, principalmente, com as fronteiras entre Brasil, Colômbia e Perú. Possui uma população estimada de cerca de 7.901 indivíduos, segundo Instituto Socioambiental (ISA, 2024). De acordo com Oliveira (2015. p. 125), a comunidade é localizada à margem esquerda do Solimões bem próxima a Tabatinga e confinando mais baixo

com a fazenda Praia Grossa, Umariáçu tem uma extensão de 3.200m de frente para o rio e um perímetro de 12.500m, com área de 10.023.550m². Trata-se de uma antiga fazenda pertencente a J. Mendes, cuja viúva, D. Joana Benage dos Santos, teria doado o terreno ao antigo Serviço de Proteção ao Índio, em 1945. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi uma instituição federal criada com a finalidade de pacificar e proteger os povos originários do Brasil, conforme informe abaixo:

Instituição criada pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Tinha por tarefa a pacificação e proteção dos grupos indígenas, bem como o estabelecimento de núcleos de colonização com base na mão de obra sertaneja. As duas instituições foram separadas em 6 de janeiro de 1918 pelo decreto Lei nº 3 454, e a instituição passou a ser denominada SPI. ABREU, Serviço de proteção ao índio. s/d.

Na década de 40, a terra já era ocupada por um fazendeiro chamado J. Mendes. Após a doação, o SPI transferiu o Posto Indígena Tikuna (PIT), antes situado em terreno da Aeronáutica, para a boca do igarapé Umariáçu, à sua margem direita, (Oliveira, 2015. p. 126). O território de Umariáçu foi demarcado pelo governo federal, promovida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), conforme portaria declaratória Nº 1112, 12 de novembro de 1997. Conforme foi decretado nos informes abaixo:

**ATOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DECRETO DA HOMOLOGAÇÃO
DECRETO DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998**

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Tukuna Umariáçu, localizada no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 e o art. 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Tukuna, a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Tukuna Umariáçu, com superfície de quatro mil, oitocentos e cinqüenta e quatro hectares, noventa e nove ares e oitenta e nove centiares e perímetro de

quarenta mil, quinhentos e noventa e dois metros e cento e dezessete milímetros, situada no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do marco Sat-286, de coordenadas geográficas(...), (...). A base cartográfica utilizada refere-se às folhas: SB.19-V-B; - Escala 1:250.000 - DSG – 1980.

Art 2º A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição Federal.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

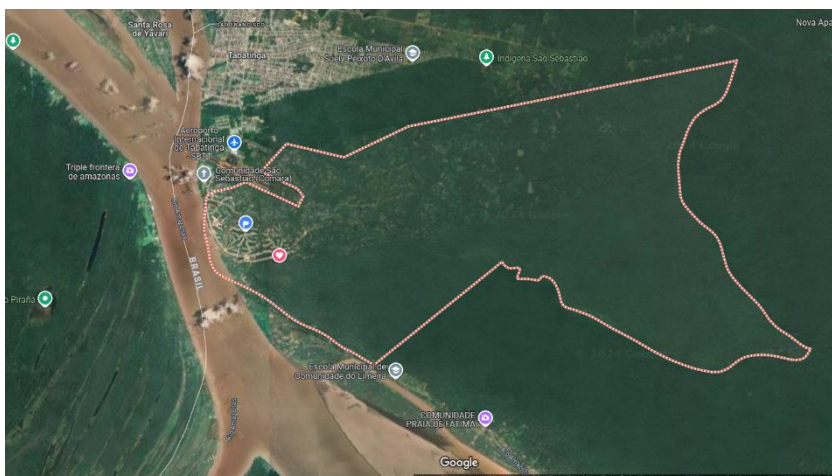
Brasília, 11 de dezembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

Publicado no Diário Oficial da União em 14/12/1998.

Na imagem abaixo, demonstra o limite do território da Terra Tukuna Umariacú, captado via Google Maps, 2024.

Figura 2 - Limite da aldeia Tukuna Umariacú



Fonte: Google Maps. Limite da aldeia Tukuna Umariacú.

Um povo que tem diferentes costumes e tradições, não de forma como os brancos pensam, em relação ao primitivismo. A grande questão é na assimilação das diferentes culturas adaptadas, por esse motivo, não foi possível observar a única

característica, quando se trata da convivência e moradia, parece que a homogeneização cultural foi despercebida, devido a integralidade entre os três países.

O idioma oficial é (Tukuna Magüta), como mencionado acima, o nome grafia vem do outro tribo, do Tupi. Eles vivem da sua própria cultura, tradição e costume, e antigamente, eles eram comandados por um nomeado, uma liderança imposta por um coronel de quartel de Tabatinga, através desse designado, surgiu o capitão na comunidade, o principal representante que tem a maior poder de autoridade e representatividade, seguido por pajés e pai de cada família. Com a ajuda de junta militar, a população vivia em união e harmonia, a vida deles era controlada a partir do líder maior.

Ele afirmou que quando aconteceu a transferência do PIT, a fazenda foi se povoando, surgindo ali efetivamente o primeiro aglomerado Tikuna: uma pequena parte da população estava fixada já em Tabatinga e provinha de várias localidades Tikunas, de lá havendo saído em função de diferentes atritos com não índios; outra parcela da população habitava na fazenda Mendes ou em terras adjacentes; muitos outros vieram dos igarapés Belém de Tacana sob o impacto do surto messiânico de 1946. (Oliveira, 2015. p. 126).

Nessa época, o surto messiânico chegava a terras indígena por este motivo, as indígenas que ficavam isoladas se juntavam para buscar mais o entendimento da palavra divina. De acordo com Oliveira (2015. p. 125) “Desde então a aldeia passou por uma fase de crescimento lento na década de 1950, possuindo em 1959, 68 habitantes. O surto messiânico é um período em que os jesuítas chegavam no Alto Rio Solimões, principalmente os espanhóis e portugueses para catequizar o povo com o ensinamento da palavra de Deus, pregando a salvação no Alto Rio Solimões. Durante esse período, algumas comunidades admitiram a religião, que até hoje se mantem na comunidade Belém do Solimões, Vendaval, Umariacú I e demais comunidade não mencionadas aqui.

Já na década de 60, houve um aumento tão significativo, segundo Oliveira, a população totalizou 510 pessoas que antes era de 68. Esses anos de atração foi devido pelas novas levas que parecem ter chegado nos últimos quatro anos atraídas em parte pela escola, pela proximidade de mercado e pelo Movimento da Santa Cruz. (Oliveira, 2015. p.126). O Movimento Santa Cruz, teve um líder Irmão José Francisco da Cruz, que foi a principal fundador, um homem branco, no ano de 1960-70, era um caráter messiânico tem influenciado a vida e a espiritualidade de representar uma

expressão de fé e esperança, que está inserido entre as manifestações de catolicismo popular, tipo de catolicismo não institucionalizado, não romanizado. Uma religião que não mobilizou toda a população, mas a sua pregação se expandiu em algumas áreas específicas. Nessa época messiânica, ele erguia grande cruzeiros de madeira, que os fiéis chamam de Santo Cruzeiro.

Oliveira (2015. p.126), a sua pesquisa interessante relatava que “A composição da aldeia aponta uma singularidade face aos demais aglomerados tikunas: ainda que a maior parte de sua população atual (71,58%) provenha de outras localidades, existe uma parcela bastante significativa (28,42%) que é originária do próprio Umariacú. Nesta década a população era distribuída por duas religiões, conforme o quadro abaixo.

Quadro 2 - Quantidade dos religiosos na comunidade Umariacú na década de 1972.

Religião	Nº	%
Católico	305	24,9
Santa Cruz	841	68,7
Crentes	-	
S/ religião	-	
S/inf.	79	6,4

Fonte: Oliveira, 2015.

O Quadro II mostra que, somente essas duas religiões dominavam a região onde já era aglomerado por pessoas. Nas décadas mencionadas, a comunidade Umariacú foi dividida por duas partes: Umariacú I e II, o responsável pela divisão é um igarapé que corta a metade do território e religião que foram admitidos pela população Umariacú I. Em relação à religião, conforme depreende pela tabela acima, pertenceu culto católica, já o Umariacú II, pertencia a Igreja Santa Cruz, através do missionário irmão José Francisco da Cruz.

A penetração da nova igreja na década de 70, foi um novo marco para o povo tikuna, mesmo havendo desentendimento da língua portuguesa, mas segundo o

Oliveira (2015. p.98) afirma, o uso da língua portuguesa e a religião, 60,91% dos tikunas falam e entendem algumas frases de português, mas podem ser classificados como basicamente monolíngues, aí se incluindo a quase totalidade das mulheres; 39,09% são indivíduos que podem manter uma conversação em português (e, algumas vezes, depois de rompida a inibição inicial diante de estranhos, conversa com grande desenvoltura).

Percebemos no contexto que a evidência que faziam parte da formação da comunidade indígena, eram as igrejas, com suas ações de aglomerar a população na determinada aldeia.

Portanto, havia o ano em que foi adentrando nova denominação, mas a rejeição da comunidade chega a 100% em meio a supremacia da Santa Cruz na comunidade Umariçu II. Mas ao longo do tempo, Oliveira (Id. 2015, p. 98), afirma que “Em relação à religião o quadro abaixo permite depreender a ampla penetração de outros cultos (protestantes e adeptos de Santa Cruz) em uma área antes monoliticamente católica, indicando claramente a atual supremacia da Cruzada Apostólica e Evangélica, a qual se filia mais da metade dos tikunas.

Quadro 3 - Quantidade dos religiosos por % e a entrada de nova denominação

Religião	Número	Percentual
Católica	798	11,03%
Protestante	1.677	23,19%
Santa Cruz	4.129	57,0%
s /religião	12	0,17%
s/informação	616	8,52%

Fonte: Oliveira, 2015.

O Quadro III acima apresenta 1.677 indivíduos que já faziam parte da nova denominação, representando 23,19% do total da população da comunidade. Um dos

pioneiros a aderir a essa nova igreja foi o senhor Renato, residente da comunidade e atualmente ancião presbítero da Igreja Evangélica Ministério Constantino Nery (IEAMCNU). Atualmente, a comunidade de Umariacú II conta com um total de sete igrejas: duas Igrejas Santa Cruz, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEADAM), a Igreja de Cristo, a Igreja Metodista Wesleyana e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Ministério Constantino Nery. Todas essas congregações se unem periodicamente para pregar o evangelho, destacando-se, entre os versículos mais citados, o de Mateus 11:15. E disse-lhes: Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura, este verso os tornam a evangelizar a palavra em locais públicos, no Palco Parador Tikuna, na quadra Poliesportiva da escola.

1.6 O surgimento do “Capitão” na comunidade

Houve uma época em que a comunidade foi comandada pelo capitão e não por um cacique, como acontece hoje em dia. Quem escolhe o "capitão" são os não índios, sendo geralmente aquele indivíduo encarregado de transmitir aos índios as exigências, proibições ou propostas emanadas daqueles que o empossaram e titularam, sejam estes, os militares de Tabatinga, ou funcionários do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (Oliveira, 2015. p. 133). Um fato que ocorreu durante o coronelismo na proximidade da cidade de Tabatinga é que o “capitão” indicado pelo coronel de CFSOL 8ºBIS (Comando de Fronteira Solimões - 8º Batalhão de Infantaria de Selva), servia como regulador de comunicação. Pois nessa época, não havia o voto direto, uma eleição para escolha do capitão. Na concepção do autor, o capitão, porém, era uma função na qual os não-indígenas e indígenas se comunicam em favor da comunicação regular “ele procede como um tradutor e mensageiro, ouvindo o discurso dos primeiros, traduzindo-o para o universo dos costumes e da língua nativa, divulgando-o entre os índios. Para estes, a mensagem do "capitão" expressa necessariamente o ponto de vista do não índio, concorde ou não a mensagem com as ideias pessoais do "capitão". Aquele que foi encarregado do cargo de capitão, era uma pessoa que já entendia ou dominava a língua portuguesa, ou aquele se manteve numa ordem conforme o seu maior líder, uma época em que o conhecimento ainda era uma semente que preste a ser plantada na Terra.

Um relato impressionante a ser destacado é que o capitão da comunidade recebeu um chapéu quépe. Esse tipo de chapéu é caracterizado por seu topo circular

e uma aba que protege os olhos. Na parte frontal, havia um desenho de cor amarela que, na língua Tikuna, é chamado de Decatücü. Alguns anos depois, esse nome foi adotado na primeira “Escola Municipal O’i Decatücü”, foi construído na época do prefeito de Tabatinga, o senhor Nonato Carvalho, mais conhecido como “Boi” na comunidade, a escola levou esse nome para homenagear o primeiro capitão da comunidade Umariacú II.

O chapéu quépe, tradicionalmente utilizado por autoridades e militares, simbolizava não apenas a posição de liderança do capitão, mas também a integração de elementos culturais e sociais da comunidade Tikuna. A adoção do nome Decatücü, é uma identidade municipal 27 reflete a valorização e preservação da cultura Tikuna, além de promover o reconhecimento da história e das tradições locais. Para entender profundamente esta abordagem, o livro de um antropólogo João Pacheco de Oliveira, onde ele relatava imensos pontos históricos relacionados ao primeiro contato do povo ticuna com os não indígenas, está disponível no livro " Os Ticuna e o regime tutelar" (Oliveira Filho - 2015).

1.7 A primeira escola de Umariacú

Parte integrante do processo educacional, a comunidade pioneira no acesso à alfabetização foi Umariacú, através do esforço do coronel responsável pela implantação da primeira escola estadual padronizada em madeira, conhecida como Escola Estadual Almirante da Tamandaré. Esta instituição educativa foi inicialmente composta por professores não indígenas, em sua maioria mulheres vinculadas aos militares do Comando de Fronteira Solimões - 8º Batalhão de Infantaria de Selva (8º BIS) de Tabatinga. As escolas estadual e municipal desempenham um papel crucial na comunidade Tikuna de Umariacú, representando mais do que simples centros de aprendizagem. Elas são os pilares fundamentais que proporcionaram acesso à educação formal para os membros dessa etnia indígena. Anteriormente, o acesso à educação era limitado ou inexistente, o que perpetuava desigualdades e dificultava o desenvolvimento individual e coletivo dos Tikuna.

Com a chegada dessas escolas, os jovens da comunidade puderam pela primeira vez frequentar aulas regularmente, adquirindo habilidades acadêmicas e conhecimentos que são essenciais para seu crescimento pessoal e para o fortalecimento da comunidade como um todo. Além de oferecer instrução formal,

essas escolas desempenham um papel vital na preservação e na promoção da cultura Tikuna. Ao integrar elementos da cultura local nos currículos escolares, elas ajudam os alunos a valorizarem suas tradições ancestrais, idioma, práticas espirituais e conhecimentos tradicionais. Isso não apenas fortalece a identidade cultural dos Tikuna, mas também promove um senso de orgulho e pertencimento entre os jovens, que passam a reconhecer a importância de sua herança cultural enquanto se preparam para enfrentar os desafios do mundo moderno. 28 Além disso, as escolas se tornaram catalisadoras de mudanças sociais positivas dentro da comunidade Tikuna. Ao educar seus membros, elas capacitam os jovens a se tornarem agentes de mudança em suas próprias realidades, incentivando-os a buscar melhores condições de vida, a desenvolver liderança e a contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Isso cria um ciclo virtuoso onde a educação não apenas eleva o nível de vida dos indivíduos, mas também fortalece a coesão social e a capacidade da comunidade de se autogerir de maneira mais eficaz. Portanto, as escolas estadual e municipal em Umariáçu não são apenas instituições de ensino; são verdadeiros centros de transformação e empoderamento para o povo Tikuna. Elas representam um investimento no futuro da comunidade, garantindo que as gerações futuras possam não apenas sobreviver, mas também prosperar em um mundo em constante mudança. Ao reconhecer a importância dessas escolas, podemos apreciar plenamente como a educação pode servir como um veículo poderoso para a inclusão, o crescimento e o fortalecimento cultural de grupos étnicos indígenas como os Tikuna.

1.8 A população de Umariáçu II 1980 – 2022

Pogütagü rü Magütagü vivem num território demarcada por lei, a convivências da população é homogênea, eles não se misturam com os não indígenas na sua aldeia, pois é inaceitável a entrada dos estranhos, o que foi evidente é que a comunidade foi dividida em duas partes, como diz o site Amazônia Latitude:

“A comunidade de Umariáçu é dividida em duas partes – Umariáçu I e II. A divisão se deu por motivos religiosos, separando os católicos (Umariáçu I) e os cruzados (Umariáçu II). A construção da pista do Aeroporto Internacional de Tabatinga gerou outros obstáculos para parte da população, que teve suas residências separadas das roças e igarapés. Além disso, a presença de um

quartel de um quartel das Forças Armadas próximo à entrada da comunidade indígena configura um fator de conflito de interesses entre as partes” (Amazônia latitude, 2019).

Conforme a fonte Instituto Socioambiental (ISA, 2024), com base nos dados fornecidos, podemos observar um crescimento significativo da população na terra demarcada Tikuna ao longo dos anos.

Quadro 4 - Amostra do aumento da população por ano da Terra Tukuna Umariáçú

Ano	População na Terra Indígena	Fonte
2022	7901	IBGE
2011	7219	Funai/Alto Solimões
2010	5343	IBGE
1998	4300	Funai/PPTAL
1987	1720	Funai

Fonte: ISA, 2024.

Em 1987, a população Tikuna registrada era de 1.720 indivíduos. Este número aumentou de forma expressiva para 4.300 em 1998, representando um aumento de 150%. Esse crescimento pode ser atribuído às políticas de apoio e reconhecimento dos direitos indígenas durante esse período.

Em 2010, a população continuou a crescer, alcançando 5.343 indivíduos, o que representa um aumento de 24,3% em relação a 1988. Esse incremento pode refletir melhorias contínuas nas condições de vida e na saúde.

No ano de 2011 a população ficou ainda maior, com total chegando 7.219 indivíduos, um crescimento de 35% em relação ao ano anterior. Este crescimento pode ser o resultado da política de incentivos ao bem-estar da comunidade.

Finalmente, no ano de 2022, a população alcançou 7.901 indivíduos, um aumento de 9,4% em relação ao de 2011. Apesar de um crescimento não muito elevado comparado aos anteriores, ele indica uma tendência contínua de aumento populacional.

Agora analisamos o total, de 1987 a 2022, a população aumentou aproximadamente 359,36%. Esse crescimento significativo ao longo de 35 anos, é um

indicativo das melhorias nas condições de vida e na preservação cultural da comunidade, bem como impacto positivo de política interna voltada à esta população.

A comunidade de Umariacú II desempenhou um papel fundamental na assimilação cultural desde sua transferência para terra firme. Sua população estabeleceu uma sólida organização política e social, e isso se tornou especialmente evidente durante os eventos comemorativos, como o aniversário da comunidade. Essa tradição tem raízes profundas, remontando à sua segunda fundação.

O aniversário mais contagiante da comunidade (celebrado em 15 de agosto) é uma festa anual que reúne diversas modalidades esportivas, como competição de arco e flecha, corrida, natação, cabo de guerra, futebol, futsal entre outros e a participação de comunidades vizinhas. Os tikunas estrangeiros, vindos do Peru e da Colômbia, também se juntam à celebração, e os jogos competitivos são sempre uma parte vibrante do festejo.

Durante o aniversário ao amanhecer no dia 15 de agosto, todas as escolas lotadas na comunidade se organizam para desfilar, a marcha das escolas sempre aconteceu na rua principal, Rua 15 de Agosto, com as presenças das autoridades locais, o cacique com a sua comitiva, também estão presentes o prefeito da cidade, coordenador da DSEI ARS, coordenador da FUNAI, Forças armadas brasileira e caciques de outra comunidade.

1.9 Território educador

Continuando esta abordagem, vamos a outro aspecto referente à comunidade de Umariacú II. Desde 2015, a comunidade tem se destacado ainda mais. Como mencionado anteriormente, a divisão devido à religião e ao igarapé resultou em duas comunidades, cada uma com seu próprio cacique. No entanto, isso não impediu o avanço na educação de um lado, trazendo consigo a civilidade do povo. Esse progresso se reflete em vários aspectos, como a qualidade de vida, a alfabetização, o bem-estar social e a organização social.

Geralmente, a educação muda a visão da população, principalmente dos jovens. No entanto, essa mudança não altera os hábitos naturais quando falamos de identidade cultural. A meu ver, a educação fortalece e enriquece a cultura local, sem desvirtuar as tradições e costumes que definem a essência da comunidade. De acordo com a Coletânea de Documentos da Terra Indígena Umariacú “em todas as pesquisas

realizadas entre os Tukúna é perceptível que apesar das mudanças motivadas por agentes externos, este povo mantém viva sua cultura” (FUNAI, p. 21)

O aglomerado desta população, ao longo do tempo, vivia de agricultura para sustento de seus familiares, principalmente nas vendas de seus produtos. Segundo a Coletânea citada, “nos locais cultivam uma grande variedade de plantas para fins diversos. A mandioca é, no entanto, o principal produto de subsistência do grupo e da qual conseguem algum excedente, na forma de farinha, para venda a terceiros. Esta arrecadação será destinada para manter seus filhos nas universidades, essa é a vida cotidiano do pai, - o foco é bater meta, uma expectativa tão esperançosa, que daqui 4 ou 5 anos ver filho retornou com diploma na mão formado – diz um homem de família envolvido nesta pesquisa” (FUNAI, p. 25).

O impacto positivo foi impulsionado pela evolução na educação, que proporcionou à população a possibilidade de investir nos sonhos de seus filhos. De um lado, os pais continuam suas atividades na agricultura para sustentar a família; do outro, os filhos seguem rumo à profissionalização em universidades públicas ou privadas. Dessa forma, a comunidade de Umariçu II tem experimentado um avanço significativo no desenvolvimento profissional.

No pleno século XXI, a inovação tecnológica tem facilitado ainda mais esse processo. A cada ano, os jovens conseguem ingressar mais facilmente nas universidades públicas, refletindo um progresso contínuo e sustentável na educação e nas oportunidades para a comunidade.

Os jovens estão cada vez mais obcecados pelos estudos, refletindo um fenômeno significativo entre as novas gerações. A maioria desses jovens frequenta universidades regionais, como a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Eles ingressaram nessas instituições através de processos seletivos rigorosos, como vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Contudo, há aqueles que buscam realizar seus sonhos em instituições renomadas espalhadas por todo o Brasil. Esses estudantes se aventuram em universidades como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal de Jataí (UFJ), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Além disso, há um número considerável de jovens que optam por estudar no exterior, especialmente para cursar medicina, buscando assim uma formação de excelência.

Essa busca incessante pelos sonhos faz com que muitos alunos deixem suas terras natais. Esse êxodo é particularmente comum quando os cursos desejados não estão disponíveis nas universidades pertencentes à região do Alto Rio Solimões. Assim, a migração estudantil tem se tornado uma tendência crescente entre os jovens, movidos pela ambição de alcançar uma formação acadêmica de qualidade e, conseqüentemente, melhores oportunidades profissionais.

Esse movimento educacional tem um impacto profundo e positivo na evolução do povo Tikuna. A educação está se tornando um pilar fundamental para o desenvolvimento dessa comunidade, trazendo não apenas conhecimento, mas também novas perspectivas e oportunidades. O acesso à educação superior e a possibilidade de estudar em diversas regiões do país e até no exterior ampliam os horizontes dos jovens Tikuna, permitindo-lhes contribuir de maneira significativa para o progresso de sua sociedade.

Concluindo, a busca pela educação e a migração em prol dos estudos refletem a determinação dos jovens em alcançar seus objetivos e melhorar suas condições de vida. Esse fenômeno não apenas representa uma mudança nas trajetórias individuais, mas também simboliza a evolução e o fortalecimento do povo Tikuna, cuja valorização da educação se traduz em avanços culturais, sociais e econômicos duradouros.

2 CAPÍTULO II

LUTAS E MOVIMENTOS DOS TIKUNAS NO SÉCULO XX

2.1 O contexto histórico do século XX

Em primeiro lugar, devemos lembrar que, no século XX, o Brasil vivia no período de intensa transformação. Neste contexto, destacamos alguns pontos notáveis que deixaram suas marcas em forma de genocídio, exploração, extrativismo e invasão territorial, especialmente no Alto Rio Solimões. Esses eventos levaram o povo Tikuna a se mobilizar em busca de seus direitos, focando na luta pela demarcação de terras indígenas. Essa mobilização deixou um legado que as lideranças atuais continuam a seguir. Neste capítulo, faremos uma análise

comparativa das lutas pela demarcação de terras no século XX, destacando a união e a política interna dos Tikuna, que diferem da polarização observada no século XXI.

Destaco, nesta abordagem, um evento ocorrido em 1988, que foi o chamado “Massacre de Capacete”. Nesse dia, o povo Tikuna derramou lágrimas pelas vítimas desse massacre, um cenário que chamou a atenção do mundo. Era uma época cruel, marcada pela exploração da borracha na região amazônica. Os trabalhadores indígenas eram submetidos a condições desumanas, e suas terras eram frequentemente invadidas e usurpadas.

No entanto, esse trágico evento teve um impacto positivo nas demarcações de terras. A revolta e a indignação geradas pelo massacre levaram à mobilização do povo Tikuna. Eles se uniram para reivindicar seus direitos e proteger suas terras ancestrais. Foi nesse contexto que surgiu a primeira organização Tikuna, o CGTT (Conselho Geral da Tribo Tikuna), que logo em seguida recebeu o apoio de um país europeu, a Dinamarca, e de duas ONGs que se alinharam nessa luta. Essa política emancipatória internacional garantiu recursos para financiar o movimento indígena. As ONGs CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e OPAN (Operação Padre Anchieta) desempenharam um papel fundamental em silêncio na defesa dos direitos dos povos indígenas. Por meio dessas organizações, os Tikuna conseguiram ampliar sua voz e lutar por justiça.

Por fim, é importante reconhecer o principal autor dessa mobilização. Embora muitos tenham contribuído para essa causa, a coragem e a resiliência do povo Tikuna foram fundamentais para conquistar avanços significativos na demarcação de terras e na proteção de seus modos de vida tradicionais.

2.2 Transformações Política e sociais e a Constituição Federal de 1988

As transformações políticas sociais no Brasil, no século XX, eram uns processos de mudanças no cenário político brasileiro, na estrutura e na organização, impulsionados por diversos fatores como economia, política e culturas, isto é, explorar a gênese e a trajetória das políticas sociais, essas grandes transformações adentram o povo originário a mobilização para que as suas terras sejam garantidas pela lei, ou seja, para livrar dos invasores. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a indissociabilidade, uma nova visão política de inclusão social e cidadania, que a tornou um marco igualitário para o povo Tikuna, que passou a ter legitimidade para ingressar

em juízo em defesa dos seus direitos. Como de fato, o Brasil, durante longos períodos, passou por essas diversas transformações sociais, envolvendo na mudança na estrutura econômica social e política, cujos resultados se manifestaram em longo do prazo.

Em virtude destas trajetórias, as transformações dessas estruturas são fundamentais para compreender a evolução da sociedade brasileira e suas relações com os direitos de proteção e cidadania, nesta nova reforma, alguns dos principais aspectos relacionados à política e aos povos indígenas são:

Direitos individuais ou coletivos - Garantida pela Constituição de 1988, como liberdade de expressão, igualdade perante a lei e direito à vida, além de reconhecer os direitos dos povos indígenas, protegendo suas culturas, territórios e formas de organização social. Órgão de proteção e promoção dos direitos indígenas – conhecida antes como SPI, que hoje esse órgão foi substituído pelo nome FUNAI.

Na visão do Paulo Mendes e João Cruz, entrevistados pela pesquisa, as diversas transformações que ocorreram nesse período foram parciais, pois não atendiam todos, até chegar na Constituição de 1988, na qual o povo brasileiro teve direito a voz perante o Congresso em Brasília. Mendes e Cruz destacaram que, naquela época, “foi uma luta entre lideranças indígenas com os brancos, um embate para o reconhecimento de etnicidade e da demarcação territorial”.

Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o povo originário era considerado seres incapazes para a vida civil e exercício de seus direitos, isso quer dizer que o povo não era reconhecido como seres humanos, uma visão tão eurocêntrica. No livro de Henrique Dussel, “1492 – O Encobrimento do outro: A Origem do Mito da Modernidade”, onde o autor fazia críticas aos estudos europeus, que diziam que a Europa era o centro do mundo dos conhecimentos, um berço de sabedoria, e esta concepção torna alguns povos inferiores, um descaso. Essa mesma intenção se presenciou até o presente momento do século XXI, esses atos de racismo não são de hoje, isso se associa até na contemporaneidade, uma prática que não se importa com os direitos do povo originário.

A nova Constituição de 1988, porém, para o povo originário do Brasil, é uma reforma que reconheceu assegurar ou proteger o povo com os seus artigos e parágrafos decretado no Estatuto do Índio nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. No

entanto, isso trouxe as mudanças significativa, por isso, as lideranças acima supracitadas consideraram o marco de liberdade, pois as mudanças reafirmaram os direitos indígenas como fundamentais e romperam com a velha tutela, reconhecendo a autonomia e a dignidade do povo.

Todos os artigos e parágrafos estabelecidos na Constituição são uma garantia, na qual o povo originário tem seu reconhecimento de direitos, que a terra na qual eles pertenciam, que seja garantida para o uso exclusivo dos naturais nelas existentes, e na proteção cultural, autonomia e autodeterminação, direito à Terra, proteção jurídica, políticas públicas especificadas e na demarcação de Terra.

Essas medidas representam um avanço significativo na proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil, fortalecendo sua autonomia e garantindo o respeito às suas identidades e formas de vida.

2.3 Impacto nas comunidades indígenas do Alto Rio Solimões

Os grandes impactos desta Constituição Federal de 1988 do Brasil foram um marco histórico para as comunidades indígenas, principalmente para as lideranças ativas, pois reconheceu e garantiu liberdade; foi uma série de direitos fundamentais que, até então, eram negligenciados ou insuficientemente protegidos. Este novo papel de Estado trouxe mudanças profundas e positivas para as lideranças tikunas do Alto Rio Solimões, fortalecendo a luta pela preservação de suas terras através da mobilização com apoio dos dois ONGs, isto é, para assegurar as culturas e modos de vida tradicionais.

Um dos aspectos mais significativos da Constituição de 1988 foi o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas. O Artigo 232 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que as terras tradicionalmente ocupadas por esses povos são destinadas à sua posse permanente e cabe à União demarcá-las, protegê-las e respeitar os direitos originários sobre elas. Este reconhecimento deu às comunidades indígenas uma base sólida para reivindicar a proteção e a demarcação de seus territórios, essenciais para sua sobrevivência e bem-estar.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (Constituição da

Além disso, a Constituição assegurou aos povos indígenas o direito à autodeterminação, permitindo que se organizassem de acordo com seus usos, costumes, línguas, crenças e tradições. Este direito é fundamental para a preservação das culturas indígenas e para a manutenção de suas identidades distintas. Ao reconhecer a diversidade cultural e valorizar as tradições indígenas, a Constituição contribuiu para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

A proteção cultural também foi um ponto central na Constituição de 1988. A preservação dos modos de vida tradicionais e a promoção das culturas indígenas foram asseguradas, garantindo que esses povos pudessem continuar a viver de acordo com suas práticas ancestrais. Isso inclui não apenas a proteção das línguas e tradições culturais, mas também a promoção da educação diferenciada, que respeita e incorpora os conhecimentos e valores indígenas.

Os direitos sociais e econômicos dos povos indígenas também foram amplamente reconhecidos na Constituição. O acesso a políticas de saúde, educação e assistência social adaptadas às necessidades específicas dessas comunidades foi garantido, visando melhorar as condições de vida dos povos indígenas e promover seu desenvolvimento integral.

A participação política dos povos indígenas também foi fortalecida com a criação de espaços de deliberação e representação. A Fundação Nacional do Índio (Funai) e a previsão de representação indígena em conselhos e outros órgãos de decisão permitiram uma maior influência dos indígenas nas decisões que afetam suas vidas. Essa participação é crucial para garantir que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas de acordo com as realidades e necessidades das comunidades indígenas.

No entanto, a implementação dos direitos garantidos pela Constituição de 1988 enfrenta desafios contínuos. Conflitos de terra, invasões por madeireiros e mineradores ilegais, e questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e à conservação ambiental continuam a ameaçar as comunidades indígenas. Apesar desses desafios, a Constituição de 1988 continua a ser um instrumento vital na defesa dos direitos indígenas, proporcionando uma base legal sólida para suas reivindicações e fortalecendo sua luta por justiça e equidade.

Em resumo, a Constituição Federal de 1988 teve um impacto profundo e

transformador nas comunidades indígenas do Brasil, reconhecendo e protegendo seus direitos territoriais, culturais, sociais e políticos. Este marco legal não apenas promoveu a inclusão e valorização das culturas indígenas, mas também fortaleceu a luta desses povos por seus direitos e pela preservação de seus modos de vida tradicionais.

2.4 Início do movimento de demarcação

Da mesma maneira como abordamos o assunto anterior, seguimos a caminhar para desvendar como se iniciou o movimento da demarcação, quais as estratégias usadas para alcançar o objetivo, quem eram as lideranças incansáveis envolvidas nessa luta, também conheceremos alguns rastros das organizações não-governamentais e a ajuda bilateral com o apoio das ONGs.

Primeiramente, temos que navegar nossa mente, fazer lembrar dos acontecimentos desde a invasão portuguesa até o dia de hoje. Estamos no Brasil, onde a desigualdade social está na zona vermelha, impactando o máximo de invisibilidade social nos séculos passados e até o momento. Hoje em diante, abordaremos do assunto especial ao povo Tikuna sobre o seu início do movimento pela demarcação de terra, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O início desse movimento era um processo de longo prazo, onde os pequenos com as canoas eram usados como transporte fluvial para se locomover durante o início de movimento. Segundo Paulo Mendes, que é um protagonista no início do movimento, a primeira missão é estruturar uma base, para que os objetivos desejados sejam alcançados. Para acontecer e trabalhar coletivamente, convidou o senhor Pedro Inácio da comunidade de Vendaval, que foi líder fluente em língua portuguesa, que desde sua infância foi criado por uma família de brancos, e outras lideranças como: Robertinho, Adécio Custodio da comunidade de Campo Alegre, Aureliano Mendes, Avelino Mendes, que eram irmãos, Paulo Canhão, Nino Fernandes, Valérios e de mais que já deixaram seu legado no pleno século XXI e um Cocama, na pessoa do senhor Francisco da comunidade de Sapotal, os tikunas costumavam chamar ele de (*dúá*), um mestiço. Os que ainda restam durante essa caminhada, como Osvaldo Mendes, Alírio Mendes e de mais outros que não foram listados, esses ainda estão ativos no pleno século XXI.

Todas essas conferências que foram realizadas nas comunidades diferentes,

funcionam como um levantamento, pois era necessário o máximo de conhecimento da população, se eles estavam de acordo com essa luta pela demarcação de terra, eles fundariam uma organização destinada para fins de mobilizar e delegar um movimento para demarcação, uma alternativa direcionada ao Congresso em Brasília. A evidência que tenhamos nesta abordagem, um fato que ocorreu na década de 80. Como os próprios entrevistados disseram, Manoel Nery e José Mendes, a primeira reunião se iniciou na comunidade indígena de Vila Betânia, pertencente do município de Santo Antônio de Iça, em seguida, na comunidade de Camatiã, Lago Grande em São Paulo de Olivença, e assim por diante, sempre no encerramento dessa assembleia, os responsáveis faziam declarações, para definir qual será a próxima comunidade a receber essa conferência.

Segundo o José Araújo Mendes e Manoel Nery, quando foi iniciado era com poucas lideranças, como acima listada, a primeira missão que eles tiveram era para viajar ao São Paulo o capital, para a participar de um assunto relevante “A Defesa de Causa Indígena para demarcação de terra”. Nessa reunião, o senhor Paulo Mendes, foi destacado como líder maior e foi reconhecido nacionalmente como defensor de seu povo, graças as autoridades que tiveram empatia de comprar passagens aéreas. Ele diz “Todo tem seu tempo para acontecer e quando a hora chega, vem o sucesso”.

Então, o primeiro processo era a estruturação e a articulação, isso leva anos para ficar pronto. Segundo Oliveira, “na segunda reunião de capitães, realizada em Belém do Solimões, em 1982, foi criado o Comando Geral da Tribo Tikuna (CGTT) e escolhida sua diretoria, presidida pelo então capitão da aldeia de Vendaval. No plano local os indígenas, já após a passagem do primeiro GT, tomaram a delimitação como realizada, retirando os invasores fixados dentro destes limites e proibindo as incursões de madeireiros e pescadores dentro de suas terras e lagos” (Oliveira, 2015. p. 331).

Como acabamos de ver aqui, a luta pela demarcação, era um movimento que se estendeu a região Alto Rio Solimões na década de 1980 em pleno século XX, foi uma luta duradoura, na década de 1985, teve alteração na política indigenista. Segundo Oliveira, “alterações na política indigenista ocorridas no segundo semestre de 1985 voltaram a paralisar o processo de delimitação das terras tikunas. O Projeto Calha Norte foi anunciado como uma das prioridades do governo José Sarney para a região amazônica, nele sendo considerada explicitamente inadequada a demarcação de terras indígenas enquanto áreas contínuas na faixa de fronteiras. Recomendava-se ao invés disso a criação de “colônias indígenas” que permitissem abrigar apenas

pequenas comunidades locais, onde as terras reservadas para os indígenas deveriam estar associadas com outras glebas destinadas à exploração pelos não indígenas” (Idem, p. 332). Em seguida, este autor observa que:

O Programa Calha Norte (PCN) é uma iniciativa do Ministério da Defesa que visa contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial e o desenvolvimento ordenado e sustentável na Amazônia. Criado em 1985 e integrado ao Ministério da Defesa desde 1999, o PCN possui os seguintes objetivos estratégicos: aumentar a presença do Poder Público, melhorar a infraestrutura e promover o desenvolvimento sustentável. O programa busca fortalecer a atuação governamental nas áreas de defesa, educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico. Além de fortalecer a segurança, o programa visa melhorar o padrão de vida das populações, modernizar a gestão municipal e fortalecer as atividades econômicas na região.

No século XX, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o povo Tikuna, reconhecido por sua coragem e espírito guerreiro, enfrentou grandes desafios na luta pela demarcação de suas terras. Uma das iniciativas mais notáveis foi a cooperação bilateral com a Áustria para negociar a compra das terras de Umariáçu. Esta alternativa surgiu como resposta aos impedimentos colocados pelo INCRA, pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica brasileira, cujas instalações na cidade de Tabatinga, AM, estavam em proximidade imediata ao território Ticuna.

A estratégia adotada pelos Tikunas mostrou-se eficaz e resultou em um impacto significativo. O movimento organizado conseguiu pressionar o governo brasileiro, que finalmente reconheceu a legitimidade das reivindicações Ticuna, levando à demarcação das terras de Umariáçu. Este sucesso não teria sido possível sem a liderança de figuras proeminentes como Pedro Inácio, Paulo Mendes, João Cruz, entre outros.

Pedro Inácio, Paulo Mendes e João Cruz, ao lado de muitos outros líderes Tikunas, foram os autores e protagonistas dessa luta histórica. Eles mobilizaram suas comunidades, articularam-se com aliados e mantiveram-se firmes frente às adversidades. A união e a resiliência do povo Ticuna demonstraram que, mesmo diante de forças poderosas, a justiça e os direitos podem prevalecer.

Essa vitória não só garantiu a demarcação das terras de Umariáçu, mas

também serviu de exemplo e inspiração para outras comunidades indígenas em todo o Brasil, reforçando a importância da solidariedade e da persistência na luta pelos direitos territoriais e pela preservação cultural.

Desta forma, se iniciou a primeira mobilização do povo Tikuna, nessa época, como anteriormente falando, os capitães de cada comunidade se reuniam, o uso de transportes fluviais canoa de pequeno-pequeno eram o único transporte viável para participar da assembleia. No início, os dois ONGs ainda não se envolviam, apenas motivavam os capitães para fazer essa alternativa de organizar o movimento. Daqui em diante, aprofundaremos detalhar relacionado esses ONGs.

2.5 A luta pela demarcação de Terra

A luta pela demarcação de Terra, começou na década de 70 e 80, antes do “Massacre de capacete no ano de 1988”, pela pessoa do madeireiro e fazendeiro Oscar de Almeida Castelo Branco, que foi o autor desse massacre e antes do “Promulgação de Nova Constituição Federal de 1988”. A demarcação de terras indígenas no Brasil é um processo de suma importância para a preservação cultural e os direitos territoriais dos povos indígenas. Entre essas etnias, o povo Ticuna, uma das maiores da Amazônia, tem enfrentado desafios significativos em sua luta pela demarcação de suas terras. Neste texto, analisamos essa luta, destacando as contribuições de estudiosos como João Pacheco de Oliveira e outros.

O principal protagonista desse movimento pela demarcação, foi senhor Paulo Mendes, durante a entrevista se autodeclarou que foi o primeiro líder a pensar nessa questão de definição das terras que o povo necessitava, porque na sua visão foi muito preocupante, por motivo de invasão e expansão dos madeireiros e exploradores que se enriqueceram com os recursos naturais no referido território, e por outra razão, isso é que leva o líder pensar nessa luta, outra razão, o povo Ticuna era suspeito por prática de canibalismo e consumidores de raízes das plantas, diziam os brancos – acrescentou o Paulo Mendes. Para ele, isso era uma forma de desconsideração, uma fala verbalmente racista, então para não serem julgado de forma discriminada, ele iniciou a primeira mobilização no Alto Rio Solimões, convocando o povo em geral para realização da reunião com os capitães.

E segundo o João Cruz, viver nessa época foi um grande desespero e tristeza, pois quem tomava conta de tudo nas comunidades, eram os patrões, todos os

trabalhos eram forçados por esses indivíduos, ninguém o impede. A comunidade que mais sofreu com essa prática de castigos corporais, era comunidade de Belém do Solimões.

Segundo Oliveira (2015. p. 228), “Uma alteração ocorreu a partir da atuação do Serviço de Proteção ao Índio no Alto Solimões, com a instalação em 1943 de um posto indígena na localidade de Tabatinga. Pela primeira vez foram reconhecidos aos indígenas alguns direitos básicos, como a liberdade de comércio e a proibição de castigos corporais”.

João Cruz e Paulo Mendes argumentam que, durante esse período, a pacificação promovida pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) foi ineficaz. Apesar do silêncio institucional, relatos de maus-tratos e extermínio de indígenas continuavam a ecoar, levando alguns familiares ao êxodo de muitos que buscavam escapar das atrocidades cometidas. Como descreve Abreu, “eram frequentes as denúncias de casos de fome, doenças, assassinatos e escravização (...) sob a acusação de genocídio, corrupção e ineficiência(...)”. João Pacheco de Oliveira destaca que “o SPI tinha o dever de proteger os indígenas, mas falhou em cumprir esse papel. Por esse motivo, os líderes indígenas se mobilizaram para lutar pelos seus direitos à liberdade, saúde, educação e pela demarcação de terras, garantindo que o futuro do povo Ticuna não fosse ameaçado” (2015, p. 228).

Essa forma de tratar deixava o povo amedrontado, por esse motivo, a importância da mobilização pela demarcação de terra é crucial e necessária, “pois quando ela for demarcada, não há alguém que manda no povo Tikuna, lá eles podem sobreviver e se multiplicar conforme sua tradição” – acrescentou, João Cruz.

Mesmo diante desse cenário de vulnerabilidade, as comunidades indígenas resistiram e buscaram fazer valer seus direitos. A falta de proteção territorial não impediu que eles moldassem o ambiente conforme suas necessidades e tradições, desafiando as imposições externas. A briga pela demarcação representou a busca pela garantia de seus territórios ancestrais e a preservação de sua cultura. A história de Paulo Mendes e dos líderes Tikuna é um testemunho da resiliência e da determinação desses povos na defesa de suas raízes e identidade.

2.6 A comunidade Vendaal e o CGTT

Na década de 80, a primeira reunião oficialmente declarada pelas lideranças

começou na comunidade de Vendaval, onde Paulo Mendes encontrou o outro líder Pedro Inácio (Ngematücü), um homem que foi criado em meio ao não indígenas, um órfão aos 11 anos de idade, desde sua época de adolescência foi adotado pela igreja católica, lá aprendia falar em português e escrever. Pedro Inácio teve essa mesma visão muito idêntica ao do Paulo Mendes, e durante essa mobilização delegaram essa luta incansável. A pauta principal desse encontro era a definição das terras indígenas, todos os capitães foram convocados para participar dessa reunião crucial. Foi nesse contexto que o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) foi fundado. O CGTT desempenhou um papel fundamental na luta pela demarcação e proteção das terras tradicionais dos Ticuna, buscando garantir seus direitos e preservar sua cultura ancestral. A união desses líderes e a mobilização da comunidade foram essenciais para enfrentar os desafios e obstáculos enfrentados pelos povos indígenas na Amazônia.

De acordo com Oliveira (2015. p. 230), a primeira formação da estruturação da organização se constituiu assim:

Uma comissão de três "capitães" foi formada na primeira reunião de "capitães" indígenas em Campo Alegre e ficou com a responsabilidade de viajar a Brasília e entregar ao presidente da FUNAI a proposta dos ticunas, o que ocorreu em janeiro de 1981. Um grupo de trabalho da FUNAI foi enviado ao Alto Solimões para produzir uma proposta de delimitação das terras ticunas. Viajando pela região na companhia de alguns principais líderes indígenas e apoiando a sua argumentação antropológica em uma dissertação de mestrado então recente, o GT elaborou uma proposta muito semelhante àquela encaminhada pela comitiva indígena. Os dirigentes da FUNAI, no entanto não deram andamento ao relatório baseando-se na justificativa de que a sistemática de definição de terras seria futuramente modificada pelo governo e o processo teria que ser totalmente revisado. Em 1983 o decreto 88.118 veio mudar a instância de decisão quanto à criação de terras indígenas.

Já na segunda reunião que foi realizado em Belém do Solimões, foi fundada Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT, com sua diretoria de Pedro Inácio da comunidade de Vendaval, com sua missão de buscar a definição de terra e para proteger a povo Ticuna do Alto Solimões. Quando a coordenação começou a dar efeito de exercer sua função, a primeira atividade é expulsar os invasores, que ocupavam o território. Segundo o João Cruz era um maior conflito. João Pacheco de Oliveira, observa que:

Um conflito de maior gravidade ocorreu em fevereiro de 1985 quando o então presidente da FUNAI, Nelson Marabuto, visitou a aldeia de Umariáçu e, com a presença do comandante da guarnição de fronteiras (CF-SOL), comunicou aos líderes indígenas ali reunidos, que a FUNAI havia concluído os seus estudos de delimitação e que a proposta de criação das áreas ticunas já havia sido oficialmente encaminhada às instâncias superiores do governo. A reunião terminou festivamente pois, além das notícias trazidas, era a primeira vez que um presidente da FUNAI visitava as aldeias ticunas. (OLIVEIRA, 2015. p. 232).

Durante essa luta, o presidente da FUNAI, visitou a comunidade Umariáçu, juntamente com o comandante de CFSOL/8ºBIS no ano de 1985. Já com a boa notícia para o povo Ticuna que a FUNAI já havia concluído os seus estudos de delimitação. Mas antes dessa demarcação, a Terra Eware I e II, já eram declaradas como terras demarcadas, como afirmam Faulhader e Almeida, que dizem: “gostaríamos de lembrar o ano de 1993, época da demarcação de cerca de um milhão de hectares das terras tradicionais do povo Tikuna, dentre as quais Eware I e II, a principal delas. Esta demarcação havia sido conseguida através da luta de lideranças do CGTT, que além de pressionarem por anos até verem seus direitos constitucionais garantidos, tiveram fôlego para conseguir junto ao governo da Áustria o financiamento necessário aos trabalhos de demarcação, e participaram ativamente na fiscalização desta empreitada, realizada por uma firma especializada” (1999. p. 280).

A demarcação de Terra do Umariáçu quase se deu em fracasso, como foi afirmado pelo João Cruz, era difícil haver demarcação, por motivo da presença do INCRA e do Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e da Aeronáutica, devido a aproximação do território ocupado pelo Tikuna. E a outra questão, e que esse território não pertenceu a Terra do Eware I. Mas como a resistência da liderança João Cruz, por meio de bate-boca com os não indígenas, ganhou mais forças com a contribuição das demais lideranças, e afinal, a Terra do Umariáçu foi homologado no dia 11 de dezembro de 1998:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Tukuna, a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Tukuna Umariáçu, com superfície de quatro mil, oitocentos e cinqüenta e quatro hectares, noventa e

nove ares e oitenta e nove centiares e perímetro de quarenta mil, quinhentos e noventa e dois metros e cento e dezessete milímetros, situada no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas, circunscreve-se aos seguintes limites. (MINISTERIO DA JUSTIÇA – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO: Coletânea de Documento da Terra Indígena Ticuna Umariacu. p. 37).

A trajetória de Paulo Mendes e Pedro Inácio é um exemplo inspirador de liderança e resistência. Eles enfrentaram adversidades, pressões externas e desafios políticos para assegurar que as terras Tikuna fossem reconhecidas e protegidas. O trabalho incansável desses líderes e a colaboração com organizações como o CIMI e a OPAN demonstram a importância da articulação entre comunidades indígenas e parceiros externos na defesa de seus direitos e na preservação de suas tradições.

A demarcação de terras indígenas é uma batalha contínua, mas o legado de Paulo Mendes e Pedro Inácio permanece como um marco na história da luta pelos direitos do povo originário do Alto Rio Solimões.

2.7 Principais demandas, desafios e conquistas

Aqui começamos abordar o que eram as principais demandas, as conquistas e desafios durante esta trajetória de luta, como que eles lidam com a atuação do governo, primeiro compreenderemos a primeira sobre as demandas, e segundo os desafios, e terceiro as conquistas que lhe causam impactos na região do Alto Rio Solimões. Que durante nesta mobilização, o todo que o povo Tikuna desejava era a demarcação, havendo nessa impossibilidade do governo, pode lhe dar um novo desafio, para isso, a união e confiança, na concepção das lideranças era uma forma de sacrifício para somar mais forças para conquistar o que eles pretendem conquistar. Neste tópico, tudo ao que relacionado nesse contexto, trataremos a seguir com a informações coletados na pesquisa.

Como anteriormente mencionada, as demandas eram forçadas por meio de ONGs, (CIMI) e (OPAN) que eram os principais articuladores e incentivadores, que faz a luta do povo na possível missão de aproximar do governo federal, essas ONGs eram compostos por padres e advogados, conhecedores das leis, juntamente com o apoio da FUNAI, que é responsável de demarcar, delimitar, proteger e promover os direitos dos indígenas do Brasil. Como afirma no portal de dados MJ do Ministério da Justiça:

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão competente indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal.

Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. (Dados.MJ – Ministério da justiça).

No século XX, a luta pela demarcação das terras do povo Tikuna foi marcada por tensões e desafios significativos. As principais demandas giravam em torno na busca de alternativas que garantissem recursos para viagens a Brasília, onde poderiam pressionar o governo pela demarcação. A necessidade de encontrar recursos financeiros entre as próprias lideranças era um dos maiores obstáculos, principalmente para financiar a mobilização se tornava ainda mais árdua. Lutar pela definição de terra, é uma garantia dos direitos territoriais dos indígenas. A ação de demarcação é prevista por lei, assegurada pela Constituição Federal de 1988, principalmente na legislação específica “Estatuto do Índio, lei nº6001”.

Durante a entrevista o próprio João Cruz e Paulo Mendes, argumentam que nesse momento de luta, não havia representantes indígenas em cargos políticos municipais, estaduais ou federais, as lideranças estavam restritas aos capitães de cada comunidade. Essa ausência de representação formal quase dificultava a mobilização. A logística para enfrentar a luta em Brasília era precária, o que resultava em grandes sacrifícios por parte dos ativistas.

João Cruz, uma liderança proeminente, relatou a dureza dessa resistência: "Quando nós fomos à Brasília, era uma luta de resistência. Tudo o que enfrentamos por lá foi um sacrifício; não tínhamos amigos nem conhecidos, deitávamo-nos nos corredores do Congresso, enfrentávamos frio e fome, mas graças a isso, hoje temos a nossa terra demarcada e garantida por lei", acrescentou.

Neste contexto, duas organizações não-governamentais (ONGs) tiveram um papel crucial: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Operação Padre Anchieta (OPAN). Essas ONGs estabeleceram contatos com o povo Tikuna há anos, sabiam muito das causas, especialmente por meio de Paulo Mendes e Pedro Inácio, que foi

incentivado por esses dois ONGs e o deixou fervoroso dessa causa. O líder João Cruz afirmou que as políticas dessas organizações facilitaram durante a mobilização e até captaram recursos para a compra de 10 passagens das lideranças e mais 10 passagens garantido pela FUNAI, na pessoa do Cazuto, um descendente japonês que naquela época representava a FUNAI em Brasília, os recursos garantidos são para as pessoas que foram convocadas nas assembleias, levar lideranças em Brasília. No entanto, antes de liberar os fundos, as ONGs exigiram a formação de um grupo responsável pela administração dos recursos garantidos. Naquela época, a moeda brasileira era o cruzado. As lideranças, conforme instruídas pelas ONGs, se organizaram para gerir os recursos de forma eficiente, o que foi fundamental para o sucesso da mobilização.

Nesse movimento era tão incansáveis, havia um embate no Alto Rio Solimões, uma briga entre ticunas com o não indígena que atuava no posto da FUNAI, devido a sua distância que esse posto estava, os ticunas queriam que esse posto fosse transferido para a cidade de Tabatinga, AM, e não permanecesse na Atalaia do Norte próximo o município de Benjamin Constant, porque era necessário que a instituição ficasse mais próximo para ter fácil acesso, era uma luta duradoura, essa bate boca era tão intenso no setor da FUNAI até na Brasília, - "Tivemos brigas com o representante da instituição, quase depredamos a mesa que ele ocupava, a briga era cara a cara, porque a gente precisa que o posto da FUNAI seja retirada na Atalaia do Norte" - João Cruz. Mas havia grande desafio por questão de inaceitável com o presidente da FUNAI. Mas como o povo Ticuna é resistente, derrubaram o homem branco e a voz dele foi ouvida, isso era na década de 80, e afinal o posto foi transferida na cidade de Tabatinga, onde permaneceu até o dia de hoje. João Cruz destacou e considerou a primeira conquista do povo Ticuna no Alto Rio Solimões.

Ressaltamos também que o resultado dessa luta, foi uma conquista, na qual o João Cruz ganhou o papel de contratar os primeiros funcionários da FUNAI, que segundo ele, chamou o Professor Geno Maximiano Bruno, Professor Sixto Sampaio, Professor Delmar Pereira e outros para exercerem cargos no referido posto.

Tudo isso graças a esses esforços coordenados e à resistência incansável dos Tikuna, e a demarcação das terras foi finalmente alcançada, após a transferência do posto da FUNAI. Essa vitória não só garantiu a preservação do território, mas também fortaleceu a identidade e a autonomia do povo Tikuna, marcando um capítulo importante na história da luta indígena no Brasil.

2.8 A formação e papel das organizações indígenas

Durante esse processo de unificação destinado à demarcação de terras, surgiu a primeira organização sem fins lucrativos. Antes da criação dessa organização especial para o povo Tikuna, havia duas ONGs (não indígenas) cuja missão de promover e proteger o povo originário do Alto Rio Solimões. Essas ONGs serviam para mediar o embate entre o povo originário e os homens brancos que invadiam a terra para exploração. Para facilitar o processo de estabelecer uma relação eficaz com os não indígenas (homens brancos), essas ONGs adotaram uma política de portas abertas. Além de interligar o movimento com outros países, trouxeram a possibilidade de progresso na luta pelos direitos do povo do Alto Rio Solimões, conforme afirmou uma fonte no site Propago (2023), “As ONGs (Organizações não governamentais) têm se destacado quando o assunto é ação solidária, contribuindo para a resolução de problemas que o setor público tem dificuldade em endereçar, como fome, pobreza, serviços culturais, lazer, educação, saúde, questões ambientais, pessoas vulneráveis e etc”. Foi nesta condição que essas organizações não-governamentais se encaixam, na concepção das lideranças, na pessoa do Paulo Mendes e Pedro Inácio, era necessário ter uma organização para avanço, por esse motivo foi criada a primeira organização o Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), além da Federação das Organizações e dos Caciques das Comunidades Indígenas Ticuna (FOCCIT). Os principais fundadores dessa organização foram Paulo Mendes e Pedro Inácio. De acordo com as fontes levantadas nesta pesquisa, ambos foram as principais lideranças. As intenções desses indivíduos estão em consonância com o conceito destacado por Etzioni sobre organização, que enfatiza o seguinte:

Organizações são entidades sociais (ou agrupamentos humanos) deliberadamente criadas e recriadas para atingir metas específicas. Corporações, exércitos, escolas, hospitais, igrejas e prisões incluem-se nessa definição; tribos, classes, grupos étnicos e família são excluídos. (ETZIONI, 1973, p. 3).

A primeira organização fundada por eles foi o CGTT – Conselho Geral da tribo Tikuna, publicada o site da CI Conexão Indígena no ano de 2022, determina:

O Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) é uma organização representativa dos povos indígenas Tikuna, que são predominantemente encontrados na região amazônica do Brasil, Colômbia e Peru. Esta organização desempenha um papel muito importante na defesa dos direitos desses povos indígenas (REDAÇÃO, 2022).

O CGTT foi fundado em 1982, para defender os direitos e lutar pela demarcação de terra, educação, saúde, e outros, é uma semente oriunda da assembleia realizado durante o movimento que durou mais de uma década, sendo considerado uma ferramenta para reivindicação do interesse do povo Tikuna, como o objetivo deste conselho é:

Defender os direitos territoriais e sociais do povo Ticuna: O CGTT luta pela demarcação, homologação e proteção das terras Ticuna, além de reivindicar acesso à educação, saúde, justiça e outros direitos básicos.

Preservar a cultura e a identidade Ticuna: O Conselho promove a cultura Ticuna através de diversas iniciativas, como festivais, rituais, oficinas e atividades educativas.

Fortalecer a organização do povo Ticuna: O CGTT articula as comunidades Ticuna e as representa em diferentes fóruns, buscando o diálogo com o governo, ONGs e a sociedade em geral (REDAÇÃO, 2022).

De acordo com Purin (2024), o CGTT, a figura do coordenador geral, eleito em assembleias quadrianuais entre todos os capitães de aldeia e com poderes semelhantes aos de um ministro das relações exteriores, o primeiro líder que assumiu era o senhor Pedro Inácio (Ngematücü) clã de onça, que em português significa sem cor.

Na versão do Oliveira, (2015. p. 12). “A entidade de representação à qual estão referidas as diversas formas organizativas emergentes concerne ao Comando Geral das Tribos Ticuna (CGTT), formado em 1982”. Como assinala o autor, esta “foi a primeira organização indígena de escala local a funcionar no Brasil”. Em seu período mais ativo o CGTT foi pensado pelos Ticuna como uma instancia legislativa ou um “parlamento indígena”

Com a união do povo, o CGTT foi criado. Esta organização desempenha um papel crucial. Segundo Paulo Mendes, ela funciona da seguinte maneira: todo ofício gerado pela assembleia dessa organização é considerado único e verídico. Somente

os capitães tinham o direito de assinar, e esse ofício era direcionado ao Congresso Nacional, em Brasília. Este documento continha reivindicações de interesse do povo Tikuna, principalmente relacionadas à demarcação de terras, que era o principal foco dessa luta. E o senhor João Cruz, - poucas pessoas sabiam assinar, então a maioria utilizava o polegar direito como carimbo para assinar o papel.

Essa organização surgiu em uma época em que o povo Tikuna era massacrado, e suas localidades se tornaram palco de conflitos socioambientais e degradação. Para o povo Tikuna, isso era injusto, e para se autodefender, providenciaram alternativas para solucionar essas ameaças.

Quando a CGTT foi estabelecida na região do Alto Rio Solimões, Medeiro e Leite afirmam (2020): "Os povos indígenas que sobreviveram até o final do século XX saíram do campo da invisibilidade social e marginalização econômica e começaram a recuperar o orgulho de ser povo, falar sua língua e reivindicar seus direitos, inclusive os territoriais, com uma proteção jurídica dentro do marco legal único do Estado brasileiro." Assim, a voz do povo por meio dessa organização foi ouvida, trazendo a demarcação de terras conforme garantida pela Constituição Federal de 1988.

Ainda na mesma década da mobilização, a CGTT intensificou seus esforços e fundou outra organização. Conforme afirma Purin (2024): "Posteriormente, outras organizações indígenas foram criadas. A Organização dos Professores Tikuna Bilíngues (OGPTB) foi fundada em 1986 com o intuito de realizar cursos de reciclagem e formação dos professores. Esta instituição indígena encontra-se na Comunidade Indígena de Filadélfia, pertencente ao município de Benjamin Constant, no interior do Amazonas. Atualmente, ao longo dos anos, tem desempenhado um papel crucial na qualificação dos professores ticunas, para que as crianças e jovens possam ter seus próprios professores."

Era uma década em que os Tikuna acreditavam firmemente em seu potencial para progredir e se beneficiar. Nesse período, surgiram outras organizações, como a Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna (OMSPT) e a Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões (OSPTAS), ambas fundadas em 1990 com a finalidade de combater a cólera. No mesmo ano, foi criado o Centro Magüta - Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, voltado principalmente para as populações ticuna, com o auxílio de pesquisadores que já trabalhavam na região há pelo menos uma década (Purin, Online). Seguindo essa mesma linha, foi fundada a Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo

Ticuna (FOCCIT), uma federação legítima que assumiu o papel de coordenar as atividades de cada organização. Outras organizações e associações também foram criadas conforme os interesses da comunidade.

Em conclusão, a década mencionada foi um período de intensa mobilização e organização entre os Ticuna, resultando na criação de várias instituições importantes que continuam a impactar positivamente a comunidade. Essas iniciativas demonstram a determinação e a capacidade de autogestão dos Ticuna, fortalecendo sua identidade cultural e promovendo o desenvolvimento social e educacional de suas futuras gerações.

2.9 O massacre de Capacete de 1988 e o impacto na política de demarcação

O termo apresentado se refere ao “Massacre de capacete” que aconteceu no 28 de março de 1988, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Todos relacionados ao massacre com o seu impacto na política de demarcação, abordaremos nesta trajetória de narrativa que repercutiu o mundo a fora.

Em 1988, a comunidade Tikuna apresentou um dos episódios mais trágicos de sua história: o Massacre de Capacete. Esse evento causou uma imensa dor e perda para os Ticuna, mas também serviu como uma descoberta para a mobilização pela demarcação de suas terras. O antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, em seu livro "A lágrima Ticuna é uma só", publicado em 1988, documenta esse evento em detalhes, oferecendo uma perspectiva profunda sobre suas causas e consequências.

O Massacre do Capacete, também chamado Massacre dos Ticuna, ocorreu, perto de Benjamin Constant (AM), a 1116 quilômetros de Manaus, no dia 28 de março de 1988. Atualmente a localidade chamada Capacete encontra-se na comunidade indígena São Leopoldo, a área de antiga ocupação Ticuna, (OLIVEIRA, 1988. P. 07) Um fazendeiro, madeireiro Oscar Castelo Branco, que era maior vendedor de madeira, era o mandante desse massacre, atacou a comunidade Tikuna em um ato de violência brutal. De acordo com a fonte do EBC Rádio, destaca:

A tragédia teve repercussão internacional, pois todos os 14 mortos e 23 feridos eram indígenas. Entre os mortos, cinco crianças. Os sobreviventes apontaram os 14 participantes e acusaram como responsável pelo massacre, Oscar Castelo Branco, que era o maior vendedor de madeira da região. Os

acusados entraram com várias apelações. O crime foi tratado, inicialmente, como homicídio, mas por pedido do Ministério Público Federal o caso foi julgado como genocídio. (EBC Rádio, 2018).

A violência e a injustiça do Massacre de Capacete provocaram uma onda de indignação e solidariedade com os Tikuna. A mobilização pela demarcação da terra indígena do povo Tikuna ganhou uma nova urgência e força, as lideranças se promovendo na forma de estratégia esse ocorrido. Líderes indígenas, ativistas e órgãos não governamentais se uniram para exigir justiça e proteção para as comunidades indígenas. Para o João Cruz, Paulo Mendes, José Mendes e demais lideranças, observam que “o massacre foi um ponto de virada, forçando o governo a considerar a necessidade urgente de demarcar e proteger as terras Ticuna. A partir desse evento, a pressão sobre as autoridades aumentou, resultando em avanços significativos no processo de demarcação de terras”.

O massacre de 1988 teve repercussões severas para os Tikuna e para o mundo. Ele destacou a vulnerabilidade dos povos indígenas frente à violência e à ganho de interesses externos, como mencionado acima. No entanto, também mostrou a resiliência e a capacidade de mobilização dessas comunidades. A tragédia de Capacete se tornou um símbolo de luta e resistência, motivando esforços contínuos para a proteção dos direitos indígenas.

A conclusão é que na memória dos ticunas isso permanece viva na luta por justiça e reconhecimento. O Massacre do Capacete é uma lembrança dolorosa e um testemunho poderoso da resistência e determinação do povo em busca de defesa dos seus direitos, conforme prevista na constituição federal de 1988. O movimento iniciado por este indivíduo genocida tinha um efeito para o avanço na demarcação de terra na região Alto Rio Solimões, principalmente na demarcação de Terra Eware I, II e Terra Ticuna Umariacú, garantindo um futuro mais seguro e digno para as gerações presentes e futuras.

2.10 O legado das lideranças Ticunas

Os direitos que foram conquistados pelas lideranças indígenas compreendem a demarcação de terra, da saúde, da educação, justiça e outros direitos básicos, estão lapidadas no conhecimento do povo Ticuna, nas escolas, na reunião geral

comunitária, essas conquistas com os nomes foram pregadas, por maior que seja, uma consideração ao Alto Rio Solimões. A história do povo está profundamente entrelaçada com a luta por direitos. Os mais destacados durante este trabalho como Paulo Mendes e Pedro Inácio são lembrados com grande reverência. Sua contribuição não apenas garantiu a demarcação das terras, mas também promoveu avanços significativos na educação, saúde e outros direitos fundamentais, cujos efeitos se fazem sentir até os dias de hoje.

No contexto das intensas lutas pela demarcação de terras indígenas no século XX, as lideranças Tikuna, como Paulo Mendes e Pedro Inácio, se destacaram por suas contribuições significativas e profundas. Essas figuras foram fundamentais na defesa dos direitos do seu povo, promovendo uma educação diferenciada e garantindo acesso à saúde indígena e aos direitos básicos. Suas ações deixaram um legado que continua a influenciar positivamente as gerações futuras.

Paulo Mendes e Pedro Inácio emergiram como líderes visionários durante um período crítico para os Tikuna. Enfrentando a ameaça constante de invasões e a pressão para a exploração de suas terras, esses líderes mobilizaram suas comunidades e buscaram apoio tanto nacional quanto internacional para a causa indígena. Sua luta foi marcada por um compromisso profundo com a preservação cultural e territorial dos Tikuna.

Um dos legados mais notáveis dessas lideranças foi a promoção da educação diferenciada. Reconhecendo a importância de uma educação que respeitasse e valorizasse a cultura Tikuna, Paulo Mendes e Pedro Inácio trabalharam na construção de escolas em toda a região do Alto Rio Solimões. Essas instituições não apenas forneceram educação formal, mas também integraram conhecimentos tradicionais e valores culturais, garantindo que as novas gerações mantivessem um forte senso de identidade e pertencimento.

Essas lideranças também contribuíram para a obtenção de conquistas consideráveis na área da saúde. A criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, SESAI, é, a esse respeito, um exemplo. O SESAI garante que os Tikuna e outros povos indígenas tenham acesso a serviços de saúde específica e culturalmente relevantes onde quer que estejam no território brasileiro. A instituição tem sido essencial para a melhoria das condições de saúde indígena, fornecendo os cuidados preventivos e os tratamentos que a população necessita.

Sem dúvida, a luta pela demarcação de terras foi uma das batalhas mais

significativas travadas por pessoas como Paulo Mendes, Pedro Inácio e os líderes através do CGTT, mencionados acima. No entanto, graças à sua determinação e liderança, pôde garantir que suas terras fossem demarcadas, um direito crítico para a sobrevivência de um povo e de uma cultura. A demarcação foi um elemento vital na proteção de suas terras contra invasões e exploração, mas também ajudou a fortalecer a autonomia das comunidades Tikuna.

As conquistas de Paulo Mendes e Pedro Inácio falam por sua dedicação e resistência. Além de superar os obstáculos diários, eles também estabeleceram os fundamentos sobre os quais as próximas gerações puderam progredir. Graças a seus esforços, os Tikuna podem desfrutar dos direitos básicos e olhar para trás sobre um legado de luta e perseverança que ainda os inspira.

Hoje, o povo Tikuna honra e celebra esses líderes, confirmando que suas conquistas foram cruciais para a preservação e fortalecimento da comunidade. O legado de Paulo Mendes, Pedro Inácio e outros líderes é uma prova da força e resiliência dos Tikuna, que continuam a defender seus direitos e a promover a cultura e o bem-estar de seu povo.

2.11 Reflexões sobre o futuro dos movimentos indígenas

A história de luta e resistência dos tikuna no século XX oferece informações valiosas para as gerações futuras. Obter direitos, como limites, educação, saúde etc., não é um objetivo fixo, é um processo que exige vigilância e determinação. Paulo Mendes e Pedro Inácio deveriam ser redescobertos por novos líderes para enfrentar desafios em constante mudança. A terra é a base do tikuna e da sua sobrevivência cultural e deve ser reconhecida pelas gerações futuras. A terra é uma parte significativa da identidade e da espiritualidade e deve ser o foco principal de qualquer movimento futuro. A língua, as tradições, os conhecimentos ancestrais são essenciais para a manutenção da identidade coletiva e da autonomia nas comunidades.

A inclusão é outro elemento chave. Mulheres, jovens, idosos, todos devem ser respeitados, cada voz e experiência devem ser valorizadas para garantir a unidade e a força do grupo. A unidade interna é necessária face às pressões externas e aos obstáculos colocados por interesses que entram em conflito com os direitos indígenas.

Além disso, estabelecer conexões e solidariedade com outras comunidades e movimentos indígenas potencializa a busca pela justiça e pelos direitos humanos. Os

líderes Tikuna devem estar prontos para liderar com sabedoria, coragem e um forte sentido de responsabilidade, preservando ao mesmo tempo a resistência e a esperança que os seus antecessores tiveram.

O futuro movimento Ticuna deve basear-se numa base sólida de realizações e experiências passadas, sempre atento ao futuro e ao seu potencial. A jornada começou e o futuro exige um nível de dificuldade a ser superado com sinceridade, respeito pela história e um compromisso firme com a justiça e a dignidade da comunidade Ticuna.

2.12 Conclusão

Em termos gerais, a trajetória do século XX para os Ticunas foi repleta de desafios importantes, mas vitais. O histórico, bem como as mudanças políticas e sociais, das quais a Constituição Federal de 1988 agiu como um ponto de viragem decisivo, estabeleceram novas oportunidades para os povos indígenas. Já no alto Rio Solimões, as comunidades enfrentaram uma crise quando pressionadas a reivindicar suas terras, enquanto o avanço estrutural em si provou ser complicado por fatores como a resistência econômica e a intimidação aterrorizante. O conflito para reafirmar suas reivindicações, no entanto, alterado pelo ilustre massacre de Capacete, em 1988, deixou claro para toda a sociedade brasileira o quão crucial a território é para os direitos indígena. As figuras-chave, como Paulo Mendes e Pedro Inácio, promovem a alfabetização diferenciada e abrem escolas que ajudam a fortalecer a cultura Ticuna.

O legado dessas lideranças é visível nas vitórias obtidas e na resiliência contínua. O trabalho duro e cooperação dos Ticuna resultou em reformas vitais que os protegeram e aumentaram a coesão dentro de sua cultura. A história e os eventos do século XX mostram a capacidade fundamental da comunidade de superar a adversidade, o que, por sua vez, deve inspirar as futuras gerações a protestar por seus direitos e territórios.

3 CAPÍTULO III: A LUTA DO SÉCULO XXI DO POVO TICUNA

3.1 Introdução

No Brasil, hoje, a maior população indígena, os tikunas, desde sua luta pela

demarcação de terra e além de lutar pela educação e saúde, estão avançando de forma muito dinâmica. No início do século XXI, eles reconheceram sua evolução, na luta, resistência e na resiliência. Na visão panorâmica, em pleno século XXI percebemos que algo incomum está entrelaçado no meio do povo, diante desse cenário, junto vamos abordar tudo ao que relacionado com o capítulo III, a continuação da luta, apesar de ter essas divergências entre a política interna não homogênea, uma polarização política que afetou lideranças e em toda a região do Alto Solimões. E ressalto também, creio eu, através da análise, os conhecedores das ciências como filósofos, sociólogos e demais áreas das ciências sociais, talvez não tenham interesses de desvendar o que está por trás do povo Ticuna em relação com sua convivência, principalmente na política, que é motor da mudança por uma sociedade justa, por essa razão, trago-lhe aqui a natureza do referido povo e a suas condições que transitou para o novo fenômeno de urbanização e modernização. O Planeta que ocupamos, como afirma o (Henri Lefebvre, 1901. p. 07), na qual ele citava “Durante longos séculos, a Terra foi o grande laboratório do homem; só há um pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel”.

A contrariedade com a concepção das lideranças do século XX, pode causar danos relacionado com a autodeterminação na territorialidade, principalmente na ausência de soberania, já que nesse século atual, o povo Ticuna adota a pluriculturalidade devido a fronteira. Eles eram um povo subalterno há muito século, já no século XX, havia uma grande metamorfose que hoje é considerado a resistência do povo uma memória coletiva.

Este capítulo será muito distinto, a comparação desses dois séculos tem grande mudanças, o século XX, que era conhecido como século das lutas pela justiça, parece que foi negligenciado pela própria liderança, no outro sentido, não é mais válido para algumas lideranças. Por motivo de contato com os não indígenas gera uma grande mudança, como era conhecido como política interna homogênea isso se transformou política heterogênea que resultou uma política bastante polarizada. Aqui neste capítulo III, navegamos a respeito desse contexto acima supracitada.

3.2 A luta do século XXI: A continuação

Portanto, a continuação da luta pela busca dos direitos ainda está em acontecendo. No capítulo II, abordamos sobre a participação política do povo Ticuna,

as mobilizações e da criação das organizações, um capítulo que se trata um assunto tão especificado, também foi mencionado uma época em que as lideranças se conviviam em união, fortalecendo suas lutas incansáveis que hoje conhecemos e até deixaram suas marcas para lembranças.

Já passou o século da luta, uma época em que o povo Ticuna demonstra seu poder de resistência e resiliência, após todas essas conquistas, a cada ano que passa, as lideranças se partam para eternidade, deixando somente o seu legado para sua próxima geração, e os espíritos ancestrais foram transmitidas pela geração em geração, e hoje em dia, eles permanecem ao se responsabilizar com a luta, apesar de ter tantas divergências entre si, que resultou com uma negligência devido à influência trazidos pelos brancos de integrar as lideranças na política em busca de representatividade na câmara dos vereadores, no entanto, deixou uma tendência negativa, por esse motivo, as lideranças que recentemente ativos apenas se flutuam pela busca de seus próprios interesses.

Viver numa comunidade indígena neste mundo contemporânea, os brancos pensam que a convivência do povo Ticuna ainda é primitivo, eles pensam como se fosse uma coisa que não teria evolução, um pensamento muito típico que fazem a até um sentido de discriminação e preconceitos. Mas a grande evolução começou no século passado, e hoje no presente século XXI se aperfeiçoou, a grande mudança ainda está cada vez mais evidente, porém, a metamorfose política dos ticunas ainda estar por vir, que segundo José Fernandes Mendonça, um pesquisador doutorando na área da antropologia Social da UFRJ – Universidade Federal de Rio de Janeiro, cita, que a luta do Povo Ticuna que aconteceu no século XX, ainda é o começo, e acrescentou com a sua frase mais pregada é “ os primeiros semeadores semeiam o semente, e para isso, precisa de cuidado” uma metáfora que se refere as primeiras lideranças que lutam pela causa do indígena, como na pessoa do Paulo Mendes, Pedro Inácio, Nino Fernandes, João Lourenço Cruz e demais outros conquistadores que eram bem sucedidos, e na segunda parte refere-se a geração de hoje, que são buscadores das ciências, que na concepção deles considerados as ferramentas dos Povo Ticuna, e que são guerreiros preparados para guerrear.

Aqui não podemos deixar em branco a importância da função de um cacique numa comunidade, portanto, aqui em diante o texto se trata do papel desse líder maior, pois para mim é necessário incluir e registrar neste trabalho, e na minha concepção faz parte de luta, a evidência nos demonstra no seu ato de governar, e pelo visto, o

cacique faz o mesmo papel de um vereador, mas o que difere é que ele não é legítimo para ocupar a câmara dos vereadores. Para se ter uma noção, aqui menciono as conquistas que aconteceram nos anos entre 2008 a 2018, uma vez que os alunos concludentes da Escola Estadual Almirante Tamandaré, localizado na comunidade Umariáçu II, município de Tabatinga, Amazonas, os jovens de entre 16 a 19 anos preocupou o cacique, após conclusão do ensino médio, os mesmo enfrentam dificuldade de cursar o nível superior, devido a vaga que é limitado nas três universidades presente na região do Alto Rios Solimões, na UEA – Universidade do Estado do Amazonas, na UFAM – Universidade Federal do Amazonas e no IFAM – Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnológica do Amazonas. Para isso, as lideranças tinha que reunir as lideranças para busca de alternativo, como de costume, trouxeram-lhe consigo os reitores das instituições, para discutir a inserção dos alunos indígenas nas universidades, durante essa reunião, as propostas feitos por lideranças foram admitidas, e a vitória é do povo Ticuna, as instituições abriram as portas para os alunos indígenas, a primeira instituição que ofertou nível médio técnico foi o IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, abriu 40 vagas do curso de nível médio técnico em agropecuária, isso foi no ano de 2012, em seguida, a Universidade do Estado do Amazonas – UEA, ofertou 40 vagas de nível de graduação do curso de agroecologia e UFAM – Universidade Federal do Amazonas fez sua parte em oferecer as oficinas na comunidade. E por fim, a comunidade foi beneficiado, todos os alunos concluíram a graduação tanto no nível médio técnico.

O que ainda está em curso é a resposta do coronel de CFSOL de 8º batalhão de Infantaria de Selva, do exército brasileiro, que durante uma assembleia geral onde foram tratados sobre o alcoolismo, violência e usos de drogas ilícitas, as lideranças aproveitaram pedir ajuda ao coronel uma formação de nova companhia dos jovens ticunas para saírem do risco social, um alternativo para combater o uso de droga na comunidade, e teremos uma página que relata somente este assunto. Como vemos neste parágrafo, como o cargo do cacique é fundamental, porque ele é uma guia para representar uma comunidade, ele toma decisões importante e pode ser considerado um representante político, tanto interno e externo.

Sem dúvida nenhuma, mais uma luta pela busca do poder direcionado a caminho da visibilidade social, ainda é concedido por movimento ou por mobilização, o que foi debatido sempre nas assembleias, é eliciar os não indígenas nas coordenações e nas secretarias, tanto na educação, na cultura e na saúde, desde

quando foi conquistado a saúde indígena, SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, criado no ano de 2010, que atende mais de 762 mil indígenas aldeados em todo o Brasil, e conta com mais de 22 mil profissionais de saúde, sendo que destes, 52% são indígenas, e promove a atenção primária á saúde e ações de saneamento, de maneira participativa e diferenciada, respeitando as especificidades epidemiológicas e socioculturais destes povo, conforme dados do Ministério da saúde no seu site oficial. O movimento articulado para isso foi paralisado, após a derrota do Jair Messias Bolsonaro para presidência.

No ano de 2018, a eleição que teve nesse ano, quando o ex-presidente Lula, não concorreu mais a eleição para presidência, o povo Tikuna já sentiam na pele, um grande problema em relação com sua natureza da política, que foi uma grande desestabilidade, e tudo que foi profetizado nos noticiários, a respeito do atos desse governo do Jair Messias Bolsonaro, exatamente se cumpriu, o coordenador do CR – FUNAI e também dos DSEI-ARS, desta região, foram exonerados, um desmonte que impactou grandes consequências, a meu ver, ele transformou a FUNAI em uma órgão anti-indígena. O povo Ticuna que se autodenomina uma etnia forte e bem sucedido nas lutas que são intoleráveis, se preparam para enfrentar um novo indicado do Bolsonaro na coordenação da FUNAI e do DSEI-ARS, no ano de 2019 a 2023, a comunidade Umariçu II era liderado por cacique Manoel Nery, como a cidade fica aproximadamente 4 quilometro da cidade de Tabatinga – AM, ele juntamente com sua comitiva de liderança trouxeram-lhe para comunidade novo coordenador da instituição senhor Baruf, onde o mesmo foi sabatinado pelas várias lideranças perante a povo, o grande questionamento é sobre sua nova gestão como seria atuar como coordenador regional da FUNAI.

Como de fato, ocorreram inúmeras reclamações após a gestão e do indicado do governo, no ano de 2019, fizeram uma manifestação organizado pelas lideranças ticunas contra o PL 490/2007, que desintegra os direitos dos povos indígenas do Brasil que está na Constituição Federal de 1988.

Os envolvidos eram os educadores, profissionais e algumas lideranças da comunidade, durante essa manifestação pacífica, o professor Florentino Mestâncio e demais envolvidos com cartazes invadiram o Ministério da Justiça, durante essa invasão, o professor enfrentou um policial federal armado em frente dessa instituição, uma luta que quase se deu com o resultado de assassinato. Na mesma hora em frente ao Ministério da Justiça, o professor gritou com uma frase dizendo – Até quando, nós

povo originário, seremos reconhecidos internacionalmente; Essa frase impactou os senhores dessa instituição, que na mesma hora admitiram duas lideranças para tratar dos fatos que ocorreram. Diante do exposto clima, o coordenador da FUNAI, contrariou com a ordem do seu presidente para estabilizar sua política de gestão com o povo Ticuna e favoreceu as lideranças na manifestação contra o PL 490/2007, um projeto de lei mais conhecido como marco temporal, que segundo os líderes consideram lei da morte. No site da ADUSP, na sua publicação datada 07 de julho de 2023, diz que, o PL490 representa uma ameaça direta aos direitos dos povos indígenas, à preservação da diversidade cultural e à proteção socioambiental e por conseguinte afirmou

O PL 490/2007 estabelece o chamado “Marco Temporal”, segundo o qual o direito à terra fica assegurado somente aos povos indígenas que possam provar a sua posse, mesmo que em disputa judicial ou conflito direto com invasores, na data da promulgação da Constituição, ou seja, 5 de outubro de 1988. A tese desconsidera o histórico de expulsões, remoções forçadas e outras violências que restringiram o acesso dos povos originários aos seus territórios desde a invasão portuguesa em 1500, e em especial no período mais recente, durante a ditadura militar (ADUSP, 2023).

Os direitos dos povos indígenas no Brasil, dentro da câmara dos senadores e deputados foi alvo de ameaça, os ruralistas como sempre estão tentando derrubar a lei, principalmente o Estatuto do Índio nº 6001, que assegura o povo originário a ter direito à cidadania e na proteção territorial. Para se autodefender, é necessita de grande manifestação aclamando aos deputados para não aprovar o PL 490/2007. E como a política brasileira é tão polarizada, após a derrota do Jair Messias Bolsonaro na disputa da reeleição, as bancadas ruralistas juntamente com os aliados, esquentaram a câmara dos deputados para barrar os direitos do povo originário. Voltando do assunto, na região na qual pertence o povo Magüta, com a sua grande manifestação, blindaram o Estatuto do Índio. Segundo o ex-cacique Manoel Nery - guardiões do estatuto somos nós, e precisamos nos conscientizar para que o nosso direito não seja retirado pelos nossos inimigos, acrescentou.

A cena é muito evidente, que nos demonstra que nesses dias atuais, o poder dos ticunas e de mais povos originários não é mais concentrado somente no movimento, mas sim, pela representação política na câmara dos deputados. De

acordo com o José Araújo Mendes, um ativista indígena, relatou que – “Não estamos no século passado, hoje, os nossos filhos serão nossos substitutos, portanto, precisamos nos reunir para indicar alguém para nos representar em Brasília, e sempre acreditando na vitória”. Como foi mencionado acima, o poder está em ambos os lados, no movimento e na câmara do senado e do deputado. E por essa razão que alguns povos originários entraram na política para eleger seu representante.

Em pleno século XXI, a luta do povo Ticuna entrou numa nova dimensão de lutar pelos seus direitos. Após o reconhecimento da demarcação de suas terras pelo Estado, algumas lideranças decidiram entrar na política não indígena (período eleitoral), com o objetivo de representar a voz do povo Ticuna na Câmara Municipal de Tabatinga – AM. Todo isso é um fruto causado por uma influência, para eles, o conceito da democracia é livre para todos, no entanto, foram convencidos e certas lideranças a foram concorrer ao cargo de vereador. Um dos primeiros a se engajar nessa batalha foi João Lourenço Cruz, que obteve três mandatos consecutivos. Outros, como Manoel Nery e Valdir Araújo Mendes, conseguiram apenas um mandato. Nesse período, as lideranças incorporaram uma nova forma de lutar por seus direitos, acreditando que a falta de representantes na Câmara poderia ser um dos fatores que dificultavam o avanço das demandas do povo Ticuna.

Atualmente, a luta do povo Ticuna se manifestou de maneira distinta em comparação com o passado. Antigamente, a prioridade das lideranças, com o apoio de ONGs, estava centrada na conquista da demarcação de terras. No entanto, no cenário contemporâneo, a abordagem evoluiu significativamente. Com a participação dos representantes Ticunas na política, como parlamentares, e o suporte contínuo dos caciques juntamente com a sua comunidade, a ênfase deslocou-se da demarcação para a promoção do bem-estar da população indígena. Hoje, a atuação dos vereadores e caciques foca na melhoria da qualidade de vida dos Ticuna por meio da construção de escolas padronizadas e de alta qualidade, preservação dos territórios demarcados, políticas públicas eficazes, pavimentação de ruas e a geração de empregos. Essa nova fase da luta busca garantir que todos os direitos básicos e a dignidade dos Ticuna sejam respeitados e promovidos, refletindo um compromisso com a equidade e a justiça social para todos os brasileiros.

3.3 Proteção territorial na Terra demarcada e a preservação da cultura

A recente reunião que teve no mês de julho do ano de 2024, como tema principal “I Reunião Geral de Planejamento de Ações de Proteção Territorial e Gestão Ambiental das Terras Indígenas do Povo Magüta” reuniu várias lideranças de diferentes comunidades, por meio do apoio da FUNAI juntamente com a presença das representantes que vieram de Brasília. Nesta foto abaixo, podemos ver as lideranças do Alto Rio Solimões no fortalecimento em prol de bem-estar social dos ticunas na Terra Demarcadas.

Fotografia 1- Mislene Mendes com o microfone ao fundo durante a I Reunião Geral.



Fonte: Joseney P. Mendes, 2024.

Durante nessa reunião, foram discutidas as propostas e algumas sugestões feitos pelos presidentes do CGTT, FOCCIT, OGPTB e do ACIU-EWARE. Essas organizações fizeram seu papel fundamental, principalmente no século XX, e durante nessa ocasião, eles propõem suas reivindicações relacionado à preservação do território demarcado e da cultura. O outro assunto que estava em destaque nessa reunião, é a entrada ilegal dos peruanos em algumas comunidades indígenas, principalmente na comunidade de Campo Alegre, Feijoal, Belém do Solimões e no Umariacú I do Alto Rio Solimões.

Essa recente invasão dos estrangeiros peruando nas terras indígenas nas comunidades tem gerado grande preocupação entre as lideranças locais. Para eles, essa situação representa uma ameaça não apenas ao território, mas também à preservação da cultura Ticuna. A presença crescente de estrangeiros nessas áreas pode levar à erosão dos costumes e tradições que definem a identidade do povo Ticuna. As lideranças temem que, se essa invasão continuar, o impacto cultural seja

profundo, fazendo com que os Ticunas gradualmente abandonem sua herança cultural em favor de influências externas, colocando em risco a continuidade de suas práticas ancestrais. Mas pelo fato, isto já está ocorrendo, a meu ver, o que realmente nos resta, é preservação de língua materna e a tradições como comidas típicas.

A condição de pluriculturalidade, diante dessa influência, fortalece ainda mais essa ameaça, isso, ao longo do tempo, foi avistado. A Barth destaca que “identidade étnica não é estática, se transforma a partir das relações, e como qualquer outra identidade coletiva ou individual, depende do interesse ou contexto”. Coutinho (2018, p. 45) afirma “é nessas transformações que se observam as dinâmicas vivenciadas entre os povos Tikuna do Alto Solimões e dos Países que fazem fronteira com o Brasil”. Para isso não ocorra, as lideranças se mobilizam para impedir as entradas de estrangeiro no território demarcado, na atualidade, a cada cacique da comunidade,

Em julho de 2024, uma reunião crucial foi realizada entre as lideranças Ticuna das comunidades de Feijoal, Campo Alegre, Belém do Solimões e Umariacú I para discutir as estratégias necessárias para enfrentar a invasão de estrangeiros, especialmente peruanos, em suas terras indígenas. O encontro foi marcado por debates intensos sobre a urgência de proteger não apenas o território, mas também a integridade cultural e ambiental da região.

As lideranças destacaram que a presença crescente de estrangeiros representa uma ameaça direta à sobrevivência dos modos de vida Ticuna e à preservação de suas tradições ancestrais. Durante a reunião, foi discutido um plano de ação para pressionar as autoridades governamentais a reforçarem a fiscalização e garantir a retirada imediata dos invasores. Além disso, foram sugeridas medidas para fortalecer a vigilância comunitária, incluindo a mobilização das próprias comunidades para monitorar e proteger suas fronteiras.

Outro ponto central da reunião foi a preservação ambiental. As lideranças ressaltaram que a invasão estrangeira não só coloca em risco a cultura Ticuna, mas também o delicado equilíbrio ecológico da região. Foi unânime entre os presentes que a defesa do meio ambiente é indissociável da luta pela proteção do território, e que ambas as causas devem ser tratadas com igual prioridade.

A reunião de julho de 2024 foi, portanto, um marco na organização e na resistência das comunidades Ticuna. Ela reafirmou o compromisso das lideranças com a proteção de suas terras e com a preservação de sua identidade cultural, ao mesmo tempo em que traçou estratégias práticas para enfrentar os desafios impostos

pela invasão estrangeira e as ameaças ao meio ambiente.

3.4 Ação das lideranças para combater o alcoolismo e o consumo de drogas

Na atualidade, o que está em jogo é a combate do alcoolismo e a droga na comunidade indígena, o uso excessivo de entorpecente que é considerado um dos pontos no enfraquecimento da luta das lideranças, com seu impacto sobre os jovens indígenas, causando estragos, como suicídios e homicídios praticados, principalmente adolescentes de 14 anos e jovens de 19 anos de idade. Esses problemas têm gerado grande preocupação entre as lideranças comunitárias, para isso é precisa que buscam soluções eficazes para proteger e promover o bem-estar de seu povo.

No entanto, a cada líder da comunidade acionaram a FUNAI e PF para busca de ajuda para impedir e fiscalizar a entrada de bebidas alcoólica e drogas, como de sempre, o pedido nunca foi ouvido, no site outras mídias descreve em sua publicação que se trata desse contexto:

Comunidades do povo Tikuna próximas ao município fronteiriço de Benjamin Constant, no oeste do Amazonas, alto rio Solimões, enfrentam há anos um problema negligenciado pelas autoridades policiais do estado, na visão das lideranças: adolescentes indígenas nas comunidades estão sendo aliciados pelo tráfico de drogas, tornando-se consumidores e até mesmo mão de obra para o crime. (Outas Mídias, Crise Brasileira, 2023).

Além disso, o grande descontrole vem à tona, os jovens que foram assediados por uso de drogas têm gerado um grande desconforto, causando violência entre si e a prática de furtos durante o noturno. Como o uso desse entorpecente não faz parte da cultura, os adolescentes vulneráveis são os mais prejudicados. Segundo o excacique Manoel Nery, associou essa situação movido a entrada de capitalismo (avanço tecnológico) em pleno século XXI, o uso precoce do smartphone pode ser um dos responsáveis desse problema, pois os adolescentes copiem a cultura que não lhe pertence, através dos vídeos e músicas.

Para tentar controlar esta situação, sem apoio das autoridades, seja do Estado, os próprios moradores se juntaram para patrulhar a situação delicada, e assim foi fundada o (SEGCUM) Segurança Comunitária de Umariacú, que o (Queiroz, 2020. p.

96) descreve, “Tudo em decorrência dos casos de consumo exacerbado de álcool, drogas, conflitos entre jovens, suicídios e homicídios”, foi fundado a instituição comunitária de segurança, comando por Cristovón Pinto. Essa iniciativa visa monitorar e intervir em situações de risco, oferecendo um suporte imediato e preventivo dentro da comunidade. O SEGCUM atua de forma contínua, realizando rondas e estabelecendo pontos de apoio onde os moradores podem buscar ajuda e orientação.

Além disso, as lideranças se unificaram com instituições locais para oferecer palestras e oficinas sobre as consequências do uso de álcool e drogas. Essas iniciativas têm como objetivo proporcionar conscientização sobre os perigos do alcoolismo e do consumo de drogas, destacando os impactos negativos na saúde física e mental, bem como nas relações sociais e familiares. As palestras são ministradas por profissionais de saúde, através dos psicólogos do Polo Base das comunidades e educadores das escolas locais, que utilizam abordagens culturais e linguísticas adequadas para garantir que a mensagem seja compreendida e internalizada por todos.

As oficinas práticas são uma parte crucial dessas iniciativas, pois permitem que os participantes adquiram habilidades e conhecimentos que podem ser aplicados no dia a dia. Por exemplo, oficinas de habilidades de vida ensinam técnicas de resolução de conflitos, comunicação eficaz e tomada de decisões, ajudando os jovens e adolescente ticunas a lidarem com situações de pressão sem recorrer ao uso de substâncias. Além disso, são promovidas atividades recreativas e culturais que oferecem alternativas saudáveis e construtivas para eles, fortalecendo os vínculos comunitários e criando um ambiente de apoio e resiliência.

Na parte da educação, nas escolas, as conscientizações sempre foram dadas por professores, porque isso é um dos pilares fundamentais na luta contra o alcoolismo e o consumo de drogas. As lideranças comunitárias têm essas estratégias investido em forma de uns programas educativos com apoio da FUNAI, DSEI-ARS e REJICARS que visam informar os jovens sobre os riscos associados ao uso dessas substâncias. Essas ações incluem a distribuição de materiais didáticos fornecido por FUNAI, como cartilhas e vídeos, que explicam de forma clara e acessível os efeitos nocivos do álcool e das drogas. Além disso, são realizadas campanhas de conscientização nas escolas e em eventos comunitários, onde especialistas discutem

as consequências do uso dessas substâncias e oferecem orientações sobre como buscar ajuda. Vejamos a foto abaixo.

Fotografia 2 - Departamento e Articulação dos Jovens Indígenas Magüta do Alto Rio Solimões. Elizânia Mendes palestrando.



Fonte: Eliza Santana, 2024.

Outra forma utilizada para combater problema comunitária é fortalecer os vínculos comunitários, que é essencial para criar um ambiente de apoio e resiliência. As lideranças juntamente com o ACIU-EWARE e Projeto Social Umariacú, têm promovido atividades alternativas, culturas, esportivas e recreativas que incentivam a participação jovens e adolescente como público-alvo, oferecendo a eles um projeto em forma de política pública interna comunitária. A criação de espaços seguros para jovens, como centro de treinamento na modalidade de Jiu-jitsu, com a responsabilidade do Valdecir Colho Araújo e Oscar Ângelo Guilherme Filho e clubes esportivos, e judô oferecido por ACIU-EWARE, proporciona um ambiente positivo onde eles podem se envolver em atividades construtivas e desenvolver habilidades para participar outro campeonato fora da comunidade. Além disso, grupos de apoio e redes de solidariedade são formados para oferecer suporte emocional e prático às famílias afetadas pelo alcoolismo e pelas drogas. Conforme foto abaixo.

Fotografia 3 – Projeto Social Oscar Filho Jiu-jitsu.



Fonte: Oscar Ângelo G. Filho, 2022.

Um projeto que tem sua importância para reconstrução das memórias dos jovens e adolescente, foi fundada no mês de março de 2022, através do Oscar Ângelo Guilherme Filho, 35 anos de idade, morador da comunidade Umariçu II, com ajuda de um senhor Alexandro, um dos indivíduos não indígenas envolvidos nesta iniciativa. Hoje, com sua atuação de oferecer esta oportunidade, os jovens têm acesso a outro campeonato realizado pelos municípios, como Atalaia do Norte Benjamin Constant, isto é, um fruto iniciativa deste projeto. Uma ação que tem sua contribuição para combate à violência e entorpecente.

Combater o alcoolismo e o consumo de droga ilícita na comunidade indígena, como cacique, é uma das batalhas mais desafiadoras que existe para enfrentar em pleno século XXI. No entanto, através da união de esforços e da implementação de estratégias de prevenção, conscientização e monitoramento da segurança comunitária (SEGCUM) na região afetado, é possível criar um ambiente estável e seguro para todos. A dedicação e o compromisso das lideranças, juntamente com a participação ativa das organizações presentes, são essenciais para alcançar resultados positivos e duradouros, promovendo o bem-estar social da comunidade indígena, principalmente os jovens e adolescente. A continuidade dessas ações e o fortalecimento entre lideranças são fundamentais para garantir um futuro melhor para as próximas gerações.

3.5 Política interno da comunidade e a política heterogênea

Aqui trazemos um assunto a respeito que se trata da política interna da comunidade e a política não homogênea. Neste mundo atual, vivemos da era avanço

da tecnologia, essa onda trouxe um espaço dinâmica, a inserção de organização social baseada idêntico aos dos não indígenas torna a convivência não mais tradicional. Neste cenário, o posicionamento do Brasil é focado na inclusão social, principalmente no governo do Luiz Inácio Lula da Silva, portanto, neste não falaremos da política que a gente tem no Brasil, mas sim abordaremos, da política especial do Povo Ticuna em uma determinada região.

Na Região Alto Solimões se concentra o Povo Ticuna, mas numa única comunidade vivem uma população que são bem mais civilizados. O Umariáçú II, que tem população mais de 6 mil habitantes, são os primeiros a ter um regimento interno, criado por Valdir Araújo Mendes e Santos Mestâncio no ano de 2006 no seu governo como caciques. Segundo sua concepção do Valdir Mendes, é importante ter um regimento, isto nos servirá como se fosse um poder de juiz a julgar problemas sociais e para nos manter bem-organizados, acrescentou. Por isso, neste subtítulo foi descrito assim, pois vemos que a tradicionalidade é coisa do passado, mas isso não quer dizer que o Povo Ticuna deixará de ser indígena, ao contrário, isto é, apenas uma transição no sentido civilizatório. Durante esta abordagem, trataremos a respeito desse assunto.

O Regimento Interno da comunidade de Umariáçú II é um documento fundamental que regula a vida social interna da comunidade, funcionando de maneira muito semelhante à Constituição Federal de 1988. Este regimento tem um poder e caráter normativo e é capaz de julgar qualquer tipo de ato cometido por indivíduos dentro dos limites da comunidade, principalmente no território demarcado, garantindo a ordem e a justiça local. Assim como a Constituição Federal, o Regimento Interno é composto por artigos, incisos e outras disposições que detalham os direitos e deveres dos membros da comunidade.

Este regimento se baseia nos princípios da Constituição Federal, adaptando-os ao contexto específico de Umariáçú II. Ele abrange uma ampla gama de questões essenciais para a vida comunitária, incluindo o direito à cidadania, educação, agricultura, saúde, liderança comunitária, meio ambiente e preservação cultural. Através de suas disposições, o regimento assegura que os direitos básicos de todos os moradores sejam respeitados e promovidos.

Um aspecto importante do regimento é sua ênfase na preservação da cultura e valorização dos conhecimentos ancestrais do povo. Ele reconhece a importância de manter viva a herança cultural, garantindo que as tradições, costumes e práticas ancestrais sejam preservados e transmitidos para as futuras gerações. Nas escolas,

os professores são os transmissores dos conhecimentos ancestrais, e dentro de salas de aulas que eles foram ensinados a quem pode-se relacionar para não serem julgados por parte dos familiares.

Um ponto notável do regimento é o tratamento dado à figura do cacique, que tem um mandato de quatro anos e pode ser destituído do cargo através de um processo de impeachment, caso seja constatada a condução irregular de seu governo. Esse dispositivo reflete a importância da responsabilidade política e da transparência na gestão comunitária, assegurando que o poder não seja exercido de maneira arbitrária ou prejudicial à coletividade.

Seguindo o sistema democrático, as lideranças seguem o modelo para garantir que o poder não seja centrado somente por um indivíduo, no entanto, eles o incorporam o artigo que se trata da duração do cargo de cacique. Veja a imagem abaixo.

A importância das políticas internas e a não homogeneidade política são temas discutidos por diversos autores. Por exemplo, Manuela Carneiro da Cunha em seu livro “Cultura com Aspas” (2009) destaca que “o contato com outras culturas pode levar a mudanças significativas na organização política dos povos indígenas”. Da mesma forma, João Pacheco de Oliveira em seu livro intitulado “A Viagem da Volta” (2016) argumenta que “a interação com políticas externas pode transformar as estruturas internas de poder das comunidades indígenas”. Carlos Rodrigues Brandão descreveu em “O Que é Educação” (1981) também aborda a importância da educação na preservação dos conhecimentos ancestrais e na promoção da cidadania dentro das comunidades indígenas. Ele ressalta que “a educação é um direito fundamental que deve ser garantido a todos, respeitando as especificidades culturais de cada comunidade”.

Essas reflexões são fundamentais para entender o Regimento Interno de Umariçú II como um documento que, embora inspirado pela Constituição Federal, é profundamente enraizado nas necessidades e valores específicos da comunidade Ticuna. Ele representa uma tentativa de equilibrar a modernização política com a preservação cultural, garantindo que os direitos básicos e a dignidade de todos os membros da comunidade sejam respeitados, enquanto se protegem os elementos que compõem a identidade Ticuna.

3.6 A política polarizada do século XXI: Um conflito interno

Desde quando as lideranças se inserirem para se envolver com os políticos não indígena no período eleitoral, que resultou hoje em dia uma baderna na política Ticuna, isso frequentemente se materializa na forma de ameaça. Para se ter uma ideia, os tikunas antigamente teve somente o contato, como descreveu Queiroz (2020), que há mais de 300 anos os ticunas mantêm contato com a cultura da sociedade não indígena e, em razão de sua etnogênese, têm conseguido salvaguardar seus costumes e tradições, no entanto, nessa época o autor se trata apenas do contato. Hoje, contemporaneidade, a discrepância não é somente contato, mas sim, é por heterogeneidade política na qual as consequências se resultou com desequilíbrio de poder, o livro do francês Sylvain Timsit, evidenciou onde se trata dos 10 tipos de manipulação, em meio desses 10 (dez), os 2 (dois) exatamente se materializa neste cenário no dentro da aldeia através dos brancos, “ criar problemas, depois oferecer soluções e estratégia da gradação” esses modelos foram usados para manipular as lideranças e desunir a comunidade em dois distintos grupos.

A facilidade da entrada dos brancos na aldeia no período eleitoral com dinheiro, convencem alguns líderes com a troca de voto, e foi assim as lideranças se desmembram, o acesso as redes sociais e boca-de-ferro também são ferramenta mais utilizada para campanhas políticas, nela, os líderes estimula a população escolhessem seu candidato, as ferramentas foram alimentadas com as propostas do seu candidato, enquanto outros apoiadores dos ambos lados, os utilizam para atacar um a outro, isso distorce a convicção e traz uma grande preocupação, causando a divergência entre as lideranças, de acordo com o Silva, p. 117, a noção de “manipulação” como “dissimulação” distorce a realidade e confunde o entendimento acerca do caráter essencial das identidades étnicas como identidades contrastivas, fazendo da identidade algo a ser interpretado negativamente, algo que escamoteia a “verdadeira identidade” dos indígenas.

A elite política presente no município de Tabatinga, com seus poderes de autoridade ruptura o sistema política dos ticunas, onde a população menos favorecida vive é afetada. E como o povo é vulnerável e com a sua mediocridade vem fazendo aceitação, no outro sentido se tornam uma marionete dos políticos não indígenas, este trabalho demonstra a como esta política de ideologia se ramifica em meio a população. Na imagem abaixo, mostra os dois candidatos a vereador fazem a passeata no centro da comunidade Umariçu II, há 4 quilometro da cidade de Tabatinga.

Fotografia 4 - A foto da direita candidato Professor Mesaque e ao da esquerda professor Claudinei Guilherme, a passeatas dos candidatos a vereador.



Fonte: Joseney P Mendes, 2024

As imagens acima, nos demonstra a causa da polarização, e que trazem as consequências no território demarcado, tanto nas instituições municipais, estaduais e federais.

No decorrer do século XXI, o povo Ticuna tem vivenciado uma crescente polarização política que contrasta significativamente com a unidade observada em décadas passadas. Mas a polarização que ocorreu não afeta a democracia, mas sim resultou um distorção muito sério entre os líderes. Historicamente, se compararmos aos que ocorreram com século XX, as lideranças ticunas estavam amplamente unificadas em torno de objetivos importante, como a demarcação de terras e a luta pelos direitos básicos e pela preservação cultural e territorial. Entretanto, mudanças sociopolíticas recentes têm evidenciado divisões internas profundas, influenciadas por diversos fatores que afetam tanto as estruturas de liderança quanto às relações familiares e institucionais como acima citada.

Um dos principais catalisadores dessa polarização tem sido a busca por maior representatividade política por parte das lideranças ticunas, segundo o José Fernandes Mendonça, um termo que se consagra de generalizar esta coalisão, é a busca de poder, seguida por religião. Os religiosos presentes na comunidade, são um dos grupos que não são dominados por alguns políticos, pois eles não se importam com isso, segundo o Fanício Manduca Cruz, que é líder da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Constantino Nery da comunidade Umariçu II, na

concepção dele, “A política não salva ninguém e não é de Deus”, esta controvérsia pregada por este líder, apesar de ter outros fatores que degeneram o poder da união, afeta o poder da coletividade. Este fato, é um dos problemas que causam estragos, a meu ver, da forma que eles se posicionam é um ato de ignorância, desvalorizando as conquistas dos ancestrais.

À medida que líderes comunitários passaram a se inserir mais ativamente no cenário político regional e nacional, especialmente durante períodos eleitorais, emergiram alinhamentos divergentes com diferentes partidos políticos. Durante as eleições municipais, por exemplo, tornou-se comum observar líderes e comunidades divididos entre apoiar candidatos distintos, identificados aqui como lados A e B. Essa fragmentação não apenas criou tensões entre diferentes segmentos das comunidades, mas também provocou conflitos intrafamiliares, já que membros de uma mesma família frequentemente buscam o mesmo cargo do parlamentar. Eu como morador da comunidade indígena Umariacú II, comprovo os ocorridos. Nesta eleição nacional do ano corrente 2024, os candidatos a prefeitos, reapareceram na comunidade em busca do apoio na comunidade referida, um dos mais destacados nesse pleito eleitoral de 2024 para candidato a prefeito são: Plínio Cruz pelo partido republicanos nº 10, Carlos Donizet – UNIÃO, nº 44, Maria Bonita, Nº 45 – PSDB e por último o Salsicha Nº 70 pelo partido AVANTE.

A influência de atores políticos não indígenas também contribuiu para aprofundar essas divisões. Partidos e candidatos externos às comunidades Ticuna frequentemente buscavam apoio local, oferecendo incentivos que, embora atrativos para alguns, eram vistos por outros como ameaças à autonomia e aos valores tradicionais, vale também pelos candidatos a vereador da comunidade. Na comunidade Umariacú II, os 4 candidatos a vereador lideram pela disputa de 15 vagas na prefeitura, o Professor Anderson Mindoré pelo partido MOBILIZA, seguido por Professor Mesaque Benedito do PSD, Nágela Tikuna do REPUBLICANO e Professor Claudinei pelo partido da UNIÃO. Como podemos ver, os partidos são diferentes, na política há sempre oposição na disputa, isto é, pelo contrário um fruto da polarização. Essa interferência externa facilitou a criação de facções dentro das comunidades, cada uma defendendo interesses e agendas políticas distintas, muitas vezes em detrimento da coesão social e cultural anteriormente mantida.

Partimos para atravessar em outra questão, a como essa interferência afetou outro ramo da política. As instituições fundamentais para a manutenção dos direitos e

da cultura Ticuna, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Solimões (DSEI-ARS), também foram impactadas por essa polarização. Hoje, essas instituições foram tradicionalmente coordenadas por líderes Ticuna comprometidos com os interesses coletivos, no entanto, enfrentam disputas internas de poder envolvendo não apenas diferentes facções Ticuna, mas também membros de outras etnias, como os cocamas. Um exemplo recente ilustra essa dinâmica: após uma mobilização dos cocamas não aldeados visando a destituição do então coordenador do DSEI-ARS, o cargo foi assumido por Sildoney Mendes da Silva, pertencente da etnia Ticuna. Essas disputas evidenciam como a competição por posições de liderança dentro de instituições-chave se tornou um reflexo das tensões políticas mais amplas presentes nas comunidades indígenas da região.

Outro fator que exacerba a polarização política entre os Tikuna é a distribuição desigual de projetos e recursos pelas instituições governamentais e de saúde. A implementação de iniciativas como a construção de polos de saúde pelo DSEI-ARS e de novas escolas pelas prefeituras municipais frequentemente beneficia algumas comunidades em detrimento de outras. Essa disparidade gera sentimentos de injustiça e ressentimento, alimentando ainda mais as divisões internas. A comunidade de Umariacú II, por exemplo, tem sido particularmente alvo de animosidade por parte de outras comunidades da região do Alto Rio Solimões, devido à percepção de que recebe uma parcela desproporcional de benefícios e investimentos. Essa percepção de favoritismo contribui para a intensificação de rivalidades e desconfianças entre as diversas comunidades Ticuna.

Além disso, a ausência de lideranças tradicionais fortes após o falecimento de figuras influentes tem permitido que novas gerações sigam suas próprias concepções políticas, muitas vezes desvinculadas dos valores e práticas ancestrais, como foi abordado no capítulo II deste trabalho. Sem a orientação consolidada dos antigos líderes, há uma maior abertura para influências externas e para a adoção de estratégias políticas que priorizam interesses individuais ou de grupos específicos, em vez do bem-estar coletivo. Durante os períodos eleitorais, essa tendência se manifesta na forma de alianças com políticos não indígenas e na adoção de práticas políticas que fomentam divisões internas e conflitos familiares, minando a solidariedade e a unidade comunitária que caracterizavam as relações sociais tradicionais dos Ticuna.

As consequências dessa polarização política são profundas e multifacetadas.

Ela afeta não apenas a governança interna das comunidades, mas também a eficácia das instituições responsáveis pela proteção dos direitos indígenas e pela promoção do desenvolvimento social e econômico. A fragmentação política dificulta a elaboração e implementação de políticas públicas coerentes e eficazes, enfraquece a capacidade de negociação coletiva dos Ticuna perante autoridades governamentais e outros atores externos, e ameaça a preservação da identidade cultural e das tradições ancestrais que sustentam a coesão social das comunidades.

Para enfrentar esses desafios, é essencial promover o diálogo intercomunitário e intracomunitário, reforçar a importância das lideranças comprometidas com o interesse coletivo e implementar mecanismos que assegurem uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades entre as diferentes comunidades. Além disso, o fortalecimento da educação política e cultural pode capacitar os membros das comunidades Ticuna a navegar de forma mais eficaz e unificada no complexo cenário político contemporâneo, garantindo que as aspirações e necessidades coletivas sejam atendidas sem comprometer os valores e tradições que definem a identidade deste povo indígena.

3.7 A evolução da luta dos ticunas: Desafios e transformações

No século XX, os Tikuna se destacaram como uma das etnias indígenas mais bem-sucedidas na luta pela demarcação de suas terras e pela conquista de direitos fundamentais. A comunidade, historicamente localizada na região amazônica, nas proximidades do tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, uniu-se com determinação para garantir a preservação de seus territórios ancestrais. A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo nesse processo, reconhecendo oficialmente os direitos dos povos indígenas no Brasil e consolidando vitórias cruciais para os Ticuna.

No entanto, ao adentrar o século XXI, a realidade dos Tikuna se tornou mais complexa e desafiadora. A unidade que antes caracterizava a luta pela terra deu lugar a um cenário de polarização, influenciado pela crescente integração política e social com os não indígenas. Este novo contexto trouxe à tona disputas internas e uma diversidade de perspectivas entre as lideranças Tikuna, que agora enfrentam desafios diferentes daqueles do passado. Percebemos que, anteriormente o embate eram com os brancos, mas hoje em dia, não foi avistado, pois entre os líderes pela busca do

poder se desmembram por causa de influência.

Atualmente, a luta dos Tikuna não se resume mais à demarcação de terras, uma conquista já consolidada. A nova realidade exige um enfoque na melhoria das condições de vida da comunidade, com demandas crescentes por educação de qualidade, acesso equitativo à saúde, infraestrutura básica, e a preservação da cultura e identidade Ticuna. A educação, por exemplo, é vista como um pilar fundamental para garantir um futuro melhor para as novas gerações, mas enfrenta dificuldades como a falta de escolas adequadas e de professores preparados para lidar com as especificidades culturais da comunidade, conforme que está em vigor da Constituição Federal de 1988, onde se fala da educação diferenciada no Estatuto do Índio, lei nº 6001.

Outro desafio significativo é solucionar os problemas internos na aldeia, segundo o José Araújo Mendes, no quesito cenário, a comunidade Umariçu II, como aldeia de referência, sofre por limitações no acesso à segurança, devido isso, o aumento do consumo de bebidas alcoólicas na aldeia é uma das pautas discutidas sempre nas reuniões entre as lideranças, isso acabando-se invertendo as visões dos líderes

Embora a Constituição de 1988 tenha garantido o direito à segurança para todos os cidadãos, os indígenas ticunas nem se querem ficar inertes para não praticar incertos o que tem levado a um aumento de problemas como a violências, práticas de suicídios, homicídios e ao assédio. O Brasil, com seu vasto território, onde vivem mais de duzentos milhões de pessoas, tem negligenciado o povo Ticuna, que sofre por motivo de ausência das autoridades legais para combater o caso. Segundo o pensador John Locke descreve “cabe ao governo ao Estado fornecer medidas que garantem os bem-estar coletivos”, entretanto, isso não ocorre no nosso país. Esse problema, se reflete não apenas a realidade social, mas também influenciou profundamente a visão das lideranças ticunas. O foco excessivo na resolução dessas questões sociais impediu que os caciques e líderes comunitários avançassem em ações de progresso e melhoria. De forma surpreendente, essas crises inverteram e distorceram as prioridades dos líderes, que, muitas vezes, deixaram de se comprometer com iniciativas que visassem o desenvolvimento da comunidade, concentrando-se apenas nas emergências sociais.

A luta pela valorização da identidade Ticuna é, também, um dos maiores

desafios do século XXI. Com a crescente influência externa e as mudanças significante rápida que atingem a comunidade, há um temor crescente de que as tradições, os costumes dos Ticuna possam se perder pouco a pouco, o que ainda está em conservação é a língua Tukuna, idioma oficial do povo Ticuna. As lideranças enfrentam a difícil tarefa de equilibrar a integração com a sociedade brasileira mais ampla, enquanto preservam e promovem os elementos que fazem dos Ticuna uma cultura única e vibrante.

Assim, no século XXI, a luta dos Ticuna continua, mas com novos contornos. Se antes a união era em torno da terra, agora ela deve ser pela vida, pela saúde, pela educação e pela identidade. É uma luta pela sobrevivência não apenas física, mas cultural e espiritual, em um mundo em constante mudança.

3.8 Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar a evolução da luta do povo Ticuna ao longo do século XX e XXI, destacando a importância das lideranças, a formação das organizações indígenas, e as diversas transformações que impactaram a comunidade Ticuna.

No Capítulo I, exploramos a identidade e a organização política e social dos Ticunas, especialmente o surgimento dos clãs, destacando a importância da comunidade Umariacú e o papel da primeira escola na formação educacional e social da região. Compreendemos que a fundação da comunidade e o surgimento do “Capitão” foram marcos históricos importantes na estruturação e na preservação cultural do povo Ticuna.

O Capítulo II abordou as lutas e movimentos dos Ticunas no século XX, analisando o contexto histórico, destacados as principais líderes, as transformações políticas e sociais, e a Constituição Federal de 1988. A luta pela demarcação de terras foi um ponto central, onde discutimos os principais desafios enfrentados e as conquistas obtidas por esses eternos lideranças. O massacre de Capacete de 1988 e o impacto nas políticas de demarcação foram examinados, revelando a importância do legado das lideranças e as reflexões sobre o futuro dos movimentos indígenas.

No Capítulo III, examinamos o novo começo da luta dos Ticunas no século XXI, considerando a continuidade da luta, a proteção territorial e a preservação cultural. A

atuação das lideranças no combate ao, suicídio, homicídio, alcoolismo e às drogas, bem como as políticas internas da comunidade e a polarização política, foram temas fundamentais para entender as atuais transformações e desafios enfrentados pelos Ticunas.

Concluimos que, apesar dos avanços significativos na luta pelos direitos e pela preservação da cultura, os Ticunas ainda enfrentam desafios substanciais. A integração de ações que abordem não apenas a proteção territorial, mas também o bem-estar social e econômico, é crucial para o futuro da comunidade. As lideranças desempenham um papel vital na mediação dessas questões e na promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Recomendamos que futuras pesquisas se concentrem na análise das políticas públicas implementadas para as comunidades indígenas e na eficácia dessas políticas na prática. Também é importante aprofundar o estudo das dinâmicas internas das comunidades, especialmente em relação à polarização política e suas implicações para o progresso coletivo.

Este trabalho destaca a necessidade contínua de compromisso e ação por parte do Estado e das lideranças indígenas para garantir a realização dos direitos e o desenvolvimento sustentável das comunidades Ticunas.

ANEXO

EXPLORANDO AS RAÍZES HISTÓRICAS: LÍDERES COMUNITÁRIOS E A LUTA PELA DEMARCAÇÃO DE TERRA ENTRE O POVO TIKUNA MAGÜTA.

Na pesquisa de campo, está prevista a entrevista com seis lideranças, entre as quais se destaca um indivíduo reconhecido pelo seu intelecto e expertise na comunidade, designado como pesquisador comunitário. Esses líderes serão fundamentais como fontes de informação relacionadas ao nosso tema de estudo. Como diz Gil (2002, p. 17) descreve "(...) pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas(...). A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema". Thibes (2022), "a pesquisa de campo é uma metodologia de investigação baseada na realidade. No entanto, através da análise das informações coletadas, pretendemos extrair contextos históricos que abordam o surgimento de movimentos destinados à demarcação das terras, luta pela saúde indígena e educação, destacando-se uma luta emblemática denominada "a primeira conquista do povo Ticuna Magüta" e ressaltando também que, houve uma evolução da luta em pleno século XXI. Para isso é necessário que entre os líderes envolvidos nesses eventos históricos, apresentaremos cada um como público-alvo da nossa pesquisa.

JOÃO LOURENÇO CRUZ

Um líder indígena da etnia Ticuna, nasceu em 10 de dezembro de 1954 no baixo Terezinha, uma comunidade pertencente do município do Benjamin Constant naquela época. Atualmente, reside na comunidade indígena Umariaçú, na década de 70, ele foi cacique da referida aldeia, e no início do ano 80, ele atuava como vice-presidente do CGTT. Ao passar dos anos, com uma sólida experiência política, tendo ocupado o cargo de vereador por três mandatos consecutivos entre 1996 à 2008 na Prefeitura Municipal de Tabatinga - AM, João Lourenço Cruz é reconhecido como uma voz proeminente na defesa dos direitos territoriais de sua comunidade, especialmente nas áreas conhecidas como Tukuna Umariaçu e consagrou seu último mandato como gestor da Escola Municipal João Ayres da Cruz, na qual ele foi o próprio responsável

do projeto na reivindicação dessa escola. Hoje, com 70 anos de idade, o líder nunca se recusou na atuação como ativista, contribuindo em diversas assembleias gerais.

RAIMUNDO LEOPARDO

O Professor Msc Raimundo Leopardo, um dos primeiros membros de sua comunidade a realizar estudos fora do estado do Amazonas, obteve formação em ciências sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso. Como pesquisador e linguista da comunidade, desempenha um papel fundamental na assessoria ao cacique e na liderança da comunidade no que diz respeito à demarcação de terras. Além de sua atuação como docente em uma escola indígena, sua pesquisa e conhecimento técnico têm sido instrumentos históricos na defesa dos direitos territoriais e na preservação da identidade cultural Ticuna.

JOSÉ ARAÚJO MENDES

Um ativista desde a década de 80, nasceu no dia 14 de janeiro de 1965, na comunidade de Ourique, pertencente do município de Tabatinga. Atualmente exerce o pastorado na Igreja Evangélica Assembleia de Deus - IEADAM. Sua trajetória inclui uma participação ativa em diversos movimentos relacionados à demarcação de terras, culminando com sua contribuição para a criação da primeira organização indígena. Seu engajamento na defesa dos direitos indígenas, tanto em sua atuação religiosa quanto social, reflete um compromisso duradouro com sua comunidade e sua causa.

VALDIR ARAUJO MENDES

Um dos primeiros vereadores eleitos na cidade de Tabatinga, tem um histórico marcado por seu envolvimento na política local e na defesa dos direitos de sua comunidade. Com três mandatos como cacique, ele foi eleito pelo próprio povo que representa, consolidando sua liderança e seu compromisso com a demarcação de terras e a preservação da cultura indígena.

PAULO MENDES

Paulo Mendes, nasceu no dia 03 de julho de 1958 na comunidade Assacáia nação de avai (aruca'ã), município de São Paulo de Olivença, filho de um agricultor Francisco Mendes (Nureecü) mais conhecido como (o'i ãpe) na região Alto Rio Solimões. Começou a estudar quando ele tinha 11 anos de idade, quando ele ficou adulto, na década de 70, se tornou um monitor de saúde, já foi professor e havia um

tempo que ele foi encarregado de dirigir uma Igreja Católica na comunidade Umariáçu I, e pouco tempo já trabalhava na FUNAI como um servidor. Este líder emerge como uma figura central no movimento pela demarcação de terras na região do Alto Solimões Amazonas e autor da fundação das organizações como OGPTB, OMSPT e CGTT. Sua atuação como ativista reflete seu profundo conhecimento das questões legais e burocráticas envolvidas na proteção dos direitos indígenas, e sua posição na FUNAI confere-lhe uma plataforma privilegiada para advogar em prol de sua comunidade de suas terras tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Allzira Alves de. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (SPI). s/d. p. 1 – 3
- ADUSP, Conjuntura Nacional. Disponível em: <https://adusp.org.br/conjuntura-nacional/pl490-ameaca/>. Acesso em: 27 de agosto de 2024.
- AMAZÔNIA LATITUDE, Ciência e Jornalismo pela Floresta. Comunidade Indígena Umariacu II e o Purismo Cultural. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2019/07/03/comunidade-indigena-umariacu-ii-e-o-purismo-cultural/>. Acesso em: 17 de set. 2024.
- BÍBLIA. Bíblia Sagrada: O Velho e o Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CANTO, A. do C. Plano territorial de desenvolvimento sustentável: PTDRS Mesorregião Alto Solimões. Manaus: Agrosol, 2011. 172 p.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com Aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CHRÖDER, Peter. Primeira viagem aos Ticuna: um artigo pouco conhecido de Curt Nimuendajú. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, n. 2, p. 465, maio-ago. 2013.
- CI CONEXÃO INDÍGENA: Alto Rio Solimões; Conselho Geral da Tribo Ticuna. Disponível em: <https://conexaoindigenas.com.br/conselho-geral-da-tribo-ticuna-cggt/#:~:text=O%20Conselho%20Geral%20da%20Tribo,dos%20direitos%20desses%20povos%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 27 de julho de 2024.
- COLETÂNIA DE DOCUMENTOS DA TERRA INDÍGENA: Tukuna Umariacu. PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amzônia Legal. p. 37.
- COUTINHO, Taciana de Carvalho. História ambiental da cidade dos índios (etnia Tikuna) frente a urbanização da cidade do governo (município de Tabatinga), Amazonas (1964-2017). Tese de doutorado, Universidade Federal de Campina Grande, 2018.
- Coutinho, Taciana de Carvalho. História ambiental da cidade dos índios (Etnia Tikuna) frente à urbanização da cidade do governo (Município de Tabatinga), Amazonas (1963 – 2017). Campina Grande, 2018. p. 45.
- EBC RÁDIO. Massacre dos Ticunas completa 30 anos. Publicado no ano de 2018. Disponível em: <https://radios.etc.com.br/reporter-solimoes/2018/03/massacre-dos->

[ticuna-completa-30-](#)

[anos#:~:text=O%20Massacre%20do%20Capacete%2C%20tamb%C3%A9m,contatos%20entre%20%C3%ADndios%20e%20brancos.](#) Acesso em: 01 de agosto de 2024.

ETZIONI, A. Organizações Complexas. São Paulo: Atlas, 1973.

FAULHER, Priscila e ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro. Recursos e Representação em disputa entre os Ticunas/AM/Brasil. p. 280 – 281, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Como Encaminhar uma pesquisa. Como elaborar projeto de pesquisa. Ed 4. São Paulo: Atlas, 2002. p. 17.

Lefebvre, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias; 5ª Edição – 2008; Dados Internacional de Catalogação da Publicação (CIP); 2011 Centauro editora. São Paulo – SP. p. 07.

LIVRO DAS ARVORES; Jussara Gomes Gruber (Organizadora). Prêmio Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil -1997. Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingues. 2ª Edição. Impressão: Gráfica e editora Brasil. Benjamin Constant – AM - Brasil 1998. p. 14 – 15.

MARINHO E LEITE. O POVO TIKUNA DA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA: Luta, resistência frente às novas ameaças ao direito à Terra. p. 04.

MARQUE, José Roberto. INSTITUTO BRASILEIRO DE COACHING. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/lideranca-e-motivacao/confira-frases-motivacionais-famosas-inspiradoras/>. Acesso em: 16 de set. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Composição; Saúde indígena. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai#:~:text=Criada%20em%202010%2C%20a%20Secretaria,aldeas%20em%20todo%20o%20Brasil>. Acesso em: 25 de agosto de 2024.

MINISTERIO DA JUSTIÇA – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO: Coletânea de Documento da Terra Indígena Ticuna Umariáçu. p. 37

NIMUENDJÚ, Curt. Os índios Tikuna (1929). In: NETO, Carlos de Araújo Moreira, Textos indigenistas. Edição Loiola. São Paulo – SP, 1883-1945. p. 192.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco. Regime Tutelar e Faccionalismo. Política e Religião em uma Reserva Ticuna. Ed. Alfredo Wagner Breno de Almeida. UEA – Manaus, AM. Edições, 2015. p. 125 -

Outras Mídias, Como as drogas (também) invadem as aldeias. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-as-drogas-tambem-invadem-as-aldeias/>. Acesso em: 31 de agosto de 2024.

Portal de Dados.MJ – Ministério da justiça: Organizações. Fundação Nacional do Índio. Disponível em:

<https://dados.mj.gov.br/organization/about/funai#:~:text=Sua%20miss%C3%A3o%20institucional%20%C3%A9%20proteger,e%20fiscalizar%20as%20terras%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 21 jul. 2024.

Programa Calha Norte — Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte. Acesso em: 18 jul. 2024.

Propago; A importância das ONGs na sociedade. Disponível em: [https://propago.com.br/blog/a-importancia-das-ongs-na-sociedade/#:~:text=As%20ONGs%20\(Organiza%C3%A7%C3%B5es%20n%C3%A3o%20governamentais,ambientais%2C%20pessoas%20vulner%C3%A1veis%20e%20etc](https://propago.com.br/blog/a-importancia-das-ongs-na-sociedade/#:~:text=As%20ONGs%20(Organiza%C3%A7%C3%B5es%20n%C3%A3o%20governamentais,ambientais%2C%20pessoas%20vulner%C3%A1veis%20e%20etc). Acesso em: 25 de julho de 2025.

PURIN. Etnia Tikuna. Disponível em: <https://www.purinacessorios.com.br/pages/etnia-tikuna>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

Terra Indígena no Brasil: Terra Indígena Tukuna Umariáçu. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3888>. Acesso em: 16 de nov. de 2024.

THIBES, Fabíola. Veja o que é pesquisa de campo e quais suas principais etapas!. Disponível em: <https://blog.uninassau.edu.br/pesquisa-de-campo/>. Acesso em. 12 de set. 2024.